

Universidade do Minho

Escola de Economia e Gestão

Marília Sílvia Antunes Brito

**O IMPACTO DO MICROCRÉDITO NA
QUALIDADE DE VIDA DO
MICROEMPREENDEDOR**

Dissertação de Mestrado

Mestrado em Economia

Trabalho efetuado sob a orientação do

Professor Doutor Paulo Reis Mourão

Abril de 2020

DECLARAÇÃO

Nome: Marília Sílvia Antunes Brito

Endereço eletrónico: mariliah_s@hotmail.com

Número do Bilhete de Identidade: 14235492

Título da dissertação: O impacto do microcrédito na qualidade de vida dos microempresendedores

Orientadores: Paulo Reis Mourão

Ano de conclusão: 2020

Designação do Mestrado: Mestrado em Economia

É AUTORIZADA A REPRODUÇÃO PARCIAL DESTA DISSERTAÇÃO APENAS PARA EFEITOS DE INVESTIGAÇÃO, MEDIANTE DECLARAÇÃO ESCRITA DO INTERESSADO, QUE A TAL SE COMPROMETE.

Licença concedida aos utilizadores deste trabalho



Atribuição-NãoComercial-SemDerivações

CC-BY-NC-ND

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>

Universidade do Minho, ____ / ____ / _____

Assinatura:

Agradecimentos

Na realização desta dissertação, deixo o meu profundo e sincero agradecimento a múltiplas pessoas e instituições que tornaram o cumprir deste desafio possível, correndo o risco de, injustamente, não mencionar algum dos contributos.

Ao meu orientador, doutor Paulo Reis Mourão, pela orientação prestada, incentivo, disponibilidade, pelo apoio contínuo que sempre demonstrou ao longo do desenvolvimento desta dissertação. Aqui deixo expressa a minha profunda gratidão.

Aos meus pais, à Andreia, ao Márcio e ao Rui deixo aqui um especial agradecimento. Obrigada pelo apoio incondicional, ajuda, confiança, amor e paciência. Não existem palavras suficientes que expressem toda a gratidão que sinto.

Aos meus amigos, pelos excelentes momentos proporcionados ao longo destes anos académicos e por todas as palavras de incentivo e amizade.

A todos, obrigada.

Resumo

O microfinanciamento tem tido um crescimento acentuado nos últimos 10 a 15 anos, pelo que a literatura acerca desta temática é bastante ampla. No entanto, até o momento, tem havido pouca atenção sobre a qualidade de vida do microempreendedor. Este estudo pretende investigar uma temática pouco explorada quando comparada com as evidências existentes para os países em desenvolvimento, sendo que a evidência empírica ainda se torna mais limitada para os países desenvolvidos e nula para o caso Português. As análises empíricas serão implementadas com recurso a uma base de dados da Associação Nacional de Direito ao Crédito (de 2014) construída a partir da informação recolhida através de um abrangente inquérito distribuído aos mutuários do microcrédito em Portugal. Considerando que a classificação da qualidade de vida é subjetiva e assim, poder traduzir realidades distintas, procedeu-se à medição da qualidade de vida através de uma pergunta realizada diretamente aos entrevistados: “Numa escala de 1 a 5 como considera o microcrédito que recebeu?” A variável dependente corresponde assim a uma variável ordinal. Esta variável classifica-se por: 1 - contribuiu muito para que a sua vida piorasse, 2 – contribuiu um pouco para que a sua vida piorasse, 3 – Não contribuiu para que a sua vida melhorasse ou piorasse, 4 – contribuiu um pouco para que a sua vida melhorasse, 5 – contribuiu muito para que a sua vida melhorasse. Os principais resultados revelam que microempreendedores com experiência na área do micronegócio têm menor probabilidade de estar numa categoria mais alta de qualidade de vida quando comparado com pessoas que não têm experiência no micronegócio.

Ainda, é possível verificar que o microcrédito ajudou na possibilidade de os microempreendedores criarem ou expandirem o micronegócio e que a abertura do mesmo possibilitou à grande maioria das pessoas ter uma vida mais estável e menos precária, onde, conseqüentemente, se encontram num grupo com alto grau de satisfação da qualidade de vida. Adicionalmente, os resultados responsabilizam a instituição que providencia o microcrédito, atribuindo-lhe um papel crucial para um impacto positivo na qualidade de vida.

Palavras-Chave: Microcrédito; Microempreendedor; Qualidade de vida

Abstract

Microfinance has grown over the past 10 to 15 years, meaning the literature on this topic is quite wide. However, so far, there has been little attention to the quality of life of the microentrepreneur.

This study intends to investigate a low explored theme when compared to the existing evidence for developing countries, and the empirical evidence is still more limited for developed countries and null for the Portuguese case. Empirical analyzes will be implemented using a database from the Associação Nacional de Direito ao Crédito in 2014, based on information collected through a comprehensive survey distributed to microcredit borrowers in Portugal. Considering that the classification of quality of life is relative and subjective and thus able to translate different realities, the quality of life was measured through a question asked directly to the interviewees: “On a scale of 1 to 5, how do you consider the microcredit that has received? The dependent variable thus corresponds to an ordinal variable, in which it is classified by 1 - contributed a lot to make your life worse, 2 - contributed a little to make your life worse, 3 - Did not contribute to making your life better or getting worse, 4 - contributed a little to make your life better, 5 - contributed a lot to make your life better. The main results reveal that micro-entrepreneurs with experience in the micro-business area are less likely to be in a higher quality of life category when compared to people who have no experience in micro-business.

In addition, it is possible to verify that microcredit helped in the possibility of microentrepreneurs to create or expand their micro-business and that the opening of it allowed the great majority of people to have a more stable and less precarious life, where, consequently, they are in a group with a high degree of satisfaction with their quality of life. Additionally, the results point to the institution that provides microcredit, a crucial role for a positive impact on the quality of life.

Key words: Microcredit; Microentrepreneur; Quality of life

Índice

Agradecimentos.....	iii
Resumo.....	v
Abstract	vi
Índice.....	vii
Índice de figuras	ix
Índice de tabelas	xi
Índice de equações	xi
1. Introdução	1
2. Revisão de Literatura	5
2.1. Microcrédito	5
2.1.1. O financiamento e sustentabilidade das empresas	7
2.1.2. Microfinanciamento e redução da pobreza	9
2.1.3. Visão objetiva e subjetiva da qualidade de vida	12
3. Dados	19
3.1. ANDC.....	19
3.2. Variáveis e estatística descritiva.....	20
3.2.1. Caraterísticas sociodemográficas dos microempreendedores em Portugal	27
4. Métodos e metodologias	35
4.1. Regressão Logística Ordenada	35
4.1.1. Odds Ratio.....	37
5. Resultados Empíricos.....	39
5.1. Modelo Regressão Logística ordenada.....	39
5.2. Odds ratio	43
6. Conclusões	47
Bibliografia.....	49

Anexo A 55

Índice de figuras

Figura 1 - Distribuição por distrito dos microempreendedores em Portugal que mantiveram ou não o negócio	28
Figura 2 - Distribuição por NUTS II dos microempreendedores em Portugal que mantiveram ou não o negócio	30
Figura 3 - Escala de medição da qualidade de vida dos microempreendedores por NUTS II em percentagem	33

Índice de tabelas

Tabela 1 Descrição das variáveis	22
Tabela 2 - Estatística Descritiva - Microempreendedores, 2014 (toda a amostra)	24
Tabela 3 - Estatística Descritiva – Microempreendedores, 2014 (mantém o negócio).....	25
Tabela 4 - Estatística Descritiva - Microempreendedores, 2014 (não mantém o negócio)	26
Tabela 5 - Densidade populacional por distrito em Portugal	29
Tabela 6 - Região por distrito em Portugal	32
Tabela 7 – Resultado dos coeficientes estimados para 2014	40
Tabela 8 - Teste de Brant para o modelo de regressão logística ordenada	42
Tabela 9 - Resultados estimado pelas odds ratio para 2014.....	44

Índice de equações

(Equação 1)	35
(Equação 2)	35
(Equação 3)	36

1. Introdução

A falta de acesso ao crédito é geralmente vista como uma das principais razões pelas quais os indivíduos continuam inseridos em classes sociais baixas. As pessoas são heterogêneas quanto à capacidade para gerar rendimento, o que leva a que algumas caiam em situações de exclusão social e de pobreza. Sendo que é um imperativo de a sociedade ter políticas ativas de integração dessas pessoas desfavorecidas, o microcrédito e (a microfinança) apresentam-se como instrumentos válidos para integrar aquelas pessoas cuja situação de exclusão resulta de vários fatores, como sejam pessoas com capacidade de trabalho e de iniciativa que não têm recursos para iniciar uma atividade económica.

Posto isto, desde o final dos anos 70, os indivíduos com rendimentos limitados, têm cada vez mais acesso a pequenos empréstimos com a ajuda dos chamados programas de microcrédito. O microcrédito é usado para descrever pequenos empréstimos concedidos a indivíduos com rendimento reduzido, no qual são excluídos do sistema bancário tradicional. Faz parte do setor de microfinanças, que fornece não apenas crédito, mas também poupança, seguro e outros serviços financeiros básicos para os mais pobres. Desta forma, o microcrédito é a provisão de microempréstimos para indivíduos como os que vivem abaixo do limiar da pobreza, de forma a permitir que estabeleçam uma série de atividades geradoras de rendimento, facilitando a saída da pobreza. O termo "micro" deriva das quantias relativamente pequenas de dinheiro que são emprestadas. A microfinança existe em várias formas há séculos, e ainda mais na Ásia, onde empréstimos (muitas vezes informais) se vêm estendendo com registos de muitos séculos atrás. No entanto, o nascimento do microfinanciamento "moderno" ocorreu em meados dos anos 70 na zona rural de Bangladesh. Quase 1 em cada 4 bengaleses (24,3% da população) vive na pobreza e 12,9% da população vive em pobreza extrema. Assim, em 1983, Dr. Muhammad Yunus, professor de economia na Universidade de Chittagong, desiludido com as teorias abstratas da economia que não conseguiam explicar a razão de tantas pessoas pobres passarem fome no Bangladesh, fundou o Banco Grameen (Yunus, 2004). O projeto do Grameen Bank, foi a primeira instituição global a praticar oficialmente o microcrédito e ainda hoje funciona em mais de oitenta mil aldeias com mais de seis milhões de mutuários. Posicionado como o modelo de instituição financeira local para a redução da pobreza, o Banco Grameen foi logo acompanhado por "clones Grameen" em muitos outros países em desenvolvimento. Ao longo do tempo, o microcrédito foi-se tornando numa indústria global que envolve a participação de

Introdução

uma ampla gama de pessoas e instituições, incluindo organizações não-governamentais, governos, bancos privados e estaduais e outras organizações de ajuda. As origens do microcrédito (e da microfinança) estão associadas a contextos rurais de países em desenvolvimento, contudo, atualmente, existem programas de microcrédito um pouco por todo o mundo. Criou-se uma ferramenta poderosa para lutar contra a pobreza, expandindo-se para os países desenvolvidos. Não obstante o progresso já realizado, existem apenas alguns estudos empíricos que investigam de que maneira o microcrédito ajuda a melhorar a qualidade de vida nos países desenvolvidos. Desta forma, este estudo pretende investigar uma temática pouco explorada quando comparada com as evidências existentes para os países em desenvolvimento. A análise empírica destes impactos não é uma tarefa simples, levantando-se questões quer do ponto de vista metodológico, quer da exequibilidade deste tipo de estudo. Esta é, por isso, uma área de pesquisa em que há ainda muito trabalho a desenvolver (Roodman e Morduch, 2009). Os debates em torno do conceito de pobreza intensificaram-se nas últimas décadas e a Comunidade Internacional reconheceu que a pobreza afeta as sociedades, independentemente do seu nível de desenvolvimento. Ao longo da história recente, tem-se reconhecido a importância de considerar não apenas sinónimo de carência económica ou falta de alimentação, mas igualmente carência material. Assim como o alojamento, a educação e os cuidados de saúde, a carência social, a liberdade individual e o direito a um nível de vida aceitável. Neste contexto, serão analisadas variáveis demográficas, socioeconómicas, sociais e ambientais, que influenciaram a perceção do papel do microcrédito nas alterações em termos de qualidade de vida dos microempreendedores de nacionalidade portuguesa. Em Portugal, ainda que as evidências do lado económico do microcrédito sejam existentes e relativamente abundantes, a investigação mais virada para o lado social revela-se limitada e a influência do microcrédito na qualidade de vida é nula. Este estudo tenta preencher a lacuna, fornecendo uma análise sobre como o programa de microcrédito aumenta o bem-estar dos Mutuários (clientes recetores de microcrédito). A presente investigação procura esclarecer a literatura sobre a sustentabilidade do negócio desenvolvido pelo acesso ao microcrédito e ampliar a literatura inerente à qualidade de vida dos microempresários para Portugal. Com recurso a dados da Associação Nacional de Direito ao Crédito para o ano 2014, numa primeira instância, analisa-se o impacto do microcrédito na qualidade de vida do microempreendedor, utilizando modelos de escolhas ordinais como o modelo *logit*. A estimação e análise de resultados permitirá aferir se o microcrédito tem a capacidade de influenciar a qualidade de vida dos microempreendedores, qual o contributo na mudança na qualidade de vida do microempreendedor e em que medida difere entre os grupos que melhoraram a sua qualidade de vida e os que não sentiram alterações.

Introdução

Numa segunda instância, analisa-se e decompõe-se a sustentabilidade do micro e pequeno negócio, a influência do sucesso ou insucesso entre os microempresários que mantiveram e os que não mantiveram o negócio, sobre a qualidade de vida. A importância desta análise vem reforçada pela possibilidade de aferir se o microcrédito subsiste com retornos positivos a nível económico e social, no contexto português. Por último, na presente investigação, procura-se ainda analisar se existe uma ligação direta entre sucesso do negócio e melhoria da qualidade de vida, isto é, os indivíduos podem ter melhorado a sua qualidade de vida apesar de o negócio não se manter operacional durante os anos expectáveis.

A investigação aqui desenvolvida encontra-se estruturada em 6 capítulos e um anexo. Neste primeiro capítulo encontra-se a apresentação e descrição adjacentes à realização da tese bem como uma breve introdução aos conceitos de qualidade de vida.

O segundo capítulo aborda o estado de arte do microcrédito e qualidade de vida. Neste capítulo são descritos o financiamento e sustentabilidade das empresas quando obtêm microcrédito e de que forma se pode relacionar com a redução da pobreza. Estão ainda presentes neste capítulo noções de qualidade de vida objetiva e qualidade de vida subjetiva.

No terceiro capítulo descreve-se a base e o tratamento de dados.

O quarto capítulo descreve os métodos adotados para a estimação dos resultados. Durante o capítulo serão indicados os requisitos e modelo proposto bem como a discussão do modelo econométrico adotado.

No quinto capítulo são apresentados os resultados empíricos estimados através do modelo de regressão logística ordenada, com enfoque também nos odds ratio.

O sexto capítulo aborda as conclusões acerca do trabalho realizado durante o desenvolvimento da dissertação. Serão também apresentadas considerações que possam vir a ser tomadas num futuro com o intuito de melhorar o que já foi cumprido.

Por fim, o anexo A representa graficamente a distribuição geográfica por distrito dos microempreendedores em Portugal que não mantiveram e que mantiveram o negócio.

2. Revisão de Literatura

O microcrédito surge com o intuito de melhorar as condições de vida e da capacidade de gerar riqueza, apresentando-se com um papel redutor de níveis de pobreza no mundo. A intenção fundamental indica que os indivíduos mais carenciados a nível económico consigam ter acesso a recursos financeiros, dispensando uma cuidadosa atenção a este grupo social, visto que necessita de aconselhamento e assistência especial.

2.1. Microcrédito

Entre as definições de microcrédito uma foi desenvolvida na Conferência Internacional sobre Microcrédito, em Washington, DC, 2-4 Fevereiro de 1997 (*Microcredit Summit, 1997*)¹ que define o microcrédito como um programa de concessão de pequenos empréstimos aos mais necessitados entre os mais pobres, para que possam iniciar pequenos negócios que gerem rendimento, com os quais possam melhorar o padrão de vida e qualidade de vida dos seus habitantes. Outra definição de microfinanciamento (Garson, 1998) é a intermediação financeira no nível local, ou seja, inclui não apenas empréstimos, mas também poupança, depósitos e outros serviços financeiros. É um procedimento baseado em instituições locais que coletam recursos e os reatribuem localmente.

Também se torna importante salientar os diferentes termos entre microfinanças e microcrédito, sendo que microfinanças refere-se à prestação de serviços financeiros tais como empréstimos, poupança, seguro ou transferências para famílias de baixo rendimento. Milhares de organizações predominantemente não-governamentais e quase todos os governos integram programas de microcrédito e de microfinanças na sua política de desenvolvimento e planeamento. Contudo, a maioria das instituições do setor dedica-se ao microcrédito e é este termo o foco ao longo do trabalho. De acordo com Yunus (2004), a pobreza não é uma condição crônica e, portanto, pode ser combatida, adotando-se estratégias de longo prazo e não medidas de curto prazo. Sendo assim, um ponto importante pode estar na maneira como se analisa o microcrédito. O microcrédito deve ser visto como um instrumento para combater a pobreza e não como uma única solução.

¹ *A Cúpula do Microcrédito foi realizada de 2 a 4 de fevereiro de 1997. O encontro foi organizado por uma ONG e contou com a presença dos líderes do setor de microfinanças e chefes de Estado. Delineou como objetivo – trabalhar para assegurar que 100 milhões das famílias mais pobres do mundo recebam crédito por trabalho autónomo e outros serviços financeiros e empresariais com a finalidade para o ano 2005”.*

Autores como Marr (2002) e Amin e Topa (2003) confirmam que a maioria dos programas de microfinanças não responde às necessidades dos mais pobres. No entanto, existem algumas instituições que o fazem, e as evidências indicam que os mais pobres podem definitivamente beneficiar de programas de microfinanças, em termos de aumento do rendimento e redução da vulnerabilidade. O microcrédito introduziu novas oportunidades de negócios, como o desenvolvimento socioeconómico e empreendedorismo em todo o mundo comprovam. Existe também evidências para apoiar a premissa de que é possível que uma instituição de microfinanças sirva aos mais pobres e também alcance a sustentabilidade financeira (Khandker, 2005).

O microfinanciamento provou ser uma ferramenta eficaz e poderosa para a redução da pobreza (Chowdhury, 1991). Como muitas outras ferramentas de desenvolvimento. Contudo, para alguns autores, esta atingiu de forma insuficiente as camadas mais pobres da sociedade. Os indivíduos mais pobres formam a grande maioria dos que não têm acesso às necessidades básicas, saúde e educação básica. Embora não haja dúvida de que os mais pobres podem beneficiar dos cuidados primários de saúde e da educação básica, não é tão intuitivo que possam igualmente beneficiar do microcrédito como uma ferramenta apropriada para atingir as Metas do Milénio. As Metas do Milénio concentram-se na redução da pobreza e tem como objetivos reduzir para metade a percentagem de pessoas cujo rendimento é inferior a 1 dólar por dia e assegurar a todas as pessoas, incluindo as mulheres e os jovens, um trabalho digno e produtivo (Sachs, 2012). De forma mais otimista, Morduch e Haley (2002) acreditam que o microcrédito pode ser eficaz para um amplo grupo de clientes, incluindo aqueles que vivem abaixo da linha de pobreza de um país. Estes estratos são classificados de “mais pobres”, no qual se denota que constituem um grupo que geralmente cruza as várias definições de pobreza extrema: acesso limitado a serviços sociais básicos e rendimento médio per capita inferior a um dólar por dia. Em particular, há evidências contundentes que comprovam um efeito benéfico no rendimento do mutuário e grupos primários devido à contração do microcrédito.

2.1.1. O financiamento e sustentabilidade das empresas

A dificuldade de aceder a um emprego formal força as pessoas a procurarem novos mecanismos de subsistência para criar formas de atividades. Por exemplo, o aparecimento de novas pequenas empresas, e conseqüentemente microempresários emerge. No entanto, a criação das empresas financiadas por ferramentas de microcrédito emergiu como um tópico não consensual. Há um número significativo de exemplos bem-sucedidos de todo o mundo que tiveram dezenas de anos de atividade. Porém a maioria dos dados identifica uma expectativa de vida curta para iniciativas financiadas pelo microcrédito, identificadas como microempresas² ou microiniciativas (Mourão, 2020.)

De acordo com os dados PORDATA, em Portugal no ano de 2014, as microempresas representavam 82,2% do total de empresas no setor de indústrias transformadoras, 94,1% no setor da construção, 99% em atividades imobiliárias e 98,3% em atividades de consultoria e científicas. Contudo denota-se uma redução no número de microempresas em Portugal no setor de indústrias transformadoras, sendo que em 2009 existiam 65.190 e, em 2014, 54.420 microempresas. Ainda com base nos dados PORDATA, em 2014 na Alemanha 65,1% das empresas eram microempresas, na Dinamarca representavam 71,1% da percentagem total de empresas e na Espanha 84,1%, no setor de indústrias transformadoras.

Relativamente ao Pessoal ao serviço nas microempresas portuguesas em 2014 exibem um valor de 18,8% no setor de indústrias transformadoras, 47,5% na área da construção e 68,7% em atividades de consultoria e científicas. O número é ainda maior no setor de atividades imobiliárias representando 85,1%. A dimensão média das microempresas é de cerca de 2,2 indivíduos por empresa em Portugal (PORDATA, 2014).

O acesso ao financiamento foi identificado como um dos desafios mais significativos para a sobrevivência e crescimento de uma empresa, inclusive para as mais inovadoras. Em contraste, as grandes empresas são mais propensas a obter financiamento através de meios tradicionais porque têm planos de negócios considerados melhores, informações financeiras mais confiáveis e mais ativos (Correa, 2012).

Castañeda (2009) constata que as pequenas empresas têm certas características próprias no campo administrativo. Entre os fundadores de pequenas empresas encontram-se estudantes, recém-formados ou pessoas que interromperam os seus estudos, desempregados que optam pelo trabalho autónomo e trabalhadores que procuram independência económica. Posto isto, pode-

² Na categoria das PME, uma microempresa é definida como uma empresa que emprega menos de 10 pessoas e cujo volume de negócios anual ou balanço total anual não excede 2 milhões de euros (INE, 2020)

se inferir que na maioria dos casos o motivo da iniciativa dos empreendedores deve-se a razões de natureza económica. A presença de rendimentos baixos recebidos como trabalhadores assalariados ou a falta de oferta de trabalho pode motivar o indivíduo de forma falaciosa. A eventual carência na qualidade de características de empreendedor pode fazer com que essas empresas não sejam geridas da melhor forma (Koellinger, 2008).

Segundo Esquivel-Martínez e Hernández-Ramos (2007) uma das principais limitações que as micro e pequenas empresas têm fundamentam-se a grandes falhas no conhecimento do empreendedor. A maioria não possui o conhecimento administrativo necessário, nem um suporte que lhes garanta empréstimos, limitando assim a aquisição de tecnologia. Desde baixos níveis de produtividade, controlos de baixa qualidade, ausência de modernização na organização da produção e atraso tecnológico (Correa, 2012).

De acordo com Correa (2012) a falta de conhecimento por parte do empreendedor fundamenta-se com a falta de conhecimento do mercado e a sua concorrência. Desta maneira, os problemas socioeconómicos derivados são aumentados por: uma reduzida capacidade de negociar com fornecedores e clientes; baixa competitividade; falta de gestão empresarial focada numa economia aberta e de treino da mão-de-obra. Segundo Castañeda (2009) as pequenas e médias empresas devem apostar em produtos e serviços inovadores, no progresso tecnológico e na especialização produtiva. Sendo que, o progresso tecnológico contribui para a eficácia e eficiência do uso de máquinas, e a produtividade e bem-estar no local do trabalho aumentam com a especialização nas aptidões pessoais e profissionais do indivíduo. Ainda, a qualidade de vida varia positivamente com a melhoria dos procedimentos do trabalho (Castañeda, 2009).

Afonso (2011) estudou a sustentabilidade financeira do programa de microcrédito em Portugal entre 2006 e 2009. Estudaram-se os motivos pela qual a taxa de insucesso de projetos financiados se estipular em 20,63% por ano. As principais razões de uma maior tendência para o risco de incumprimento são a (baixa) escolaridade e localização (do negócio). Isto é, os projetos promovidos por pessoas com menor escolaridade e localizados em regiões com maior densidade populacional e economicamente mais dinâmicos apresentam maior risco de falha. Este resultado é contra-intuitivo, mas deriva da existência de mais oportunidades de emprego e de concorrência que induzem os promotores a abandonar o projeto de auto-emprego financiado. Segundo Civelek et al. (2016) os microempreendedores com formação universitária são mais inovadores e autónomos em comparação aos microempreendedores com menor nível educacional e que as microempresas mais jovens são mais inovadoras, propensas ao risco e proativas. De acordo com Arenius e Minniti (2005), as variáveis demográficas como idade, sexo e educação são importantes para explicar a tendência do processo de empreendedorismo.

Além disso, Belas et al. (2015) afirmam que o sucesso nos negócios está relacionado com as características individuais como gênero, nível de escolaridade, idade, qualificações de gestão e experiência e, ainda, com o apoio familiar desde apoio presencial até emocional. Em contraste, Berrone et al. (2014) afirma que a experiência de trabalho não apresenta quaisquer efeitos significativos no desempenho da empresa. Já os microempreendedores com educação superior podem ter mais habilidades técnicas e inteligência de negócios que poderiam influenciar a competitividade e desempenho das microempresas no mercado.

Numa mesma linha de relação positiva, aparece a educação como fator influenciador da sustentabilidade das empresas. Garson (1998) com base no seu estudo, mostra que existe evidência de uma relação inversa entre o nível de pobreza de um cliente e sua capacidade empreendedora. Sobre os padrões de empréstimo e a inclinação para optar pela poupança, foram encontrados por Zaman (2000) como semelhantes entre os clientes de diferentes níveis de pobreza.

2.1.2. Microfinanciamento e redução da pobreza

O microfinanciamento foi sobretudo examinado nos últimos vinte anos, e a literatura resultante é agora extensiva. Foi realizada uma revisão focalizada da literatura para avaliar publicações sobre o impacto do microfinanciamento na redução da pobreza.

Robinson (2001) defende que entre os pobres economicamente ativos do mundo em desenvolvimento, há uma forte procura por serviços financeiros comerciais de pequena escala - tanto para crédito como para poupança. Quando disponíveis, esses e outros serviços financeiros ajudam as pessoas de baixo rendimento a melhorar a gestão doméstica e até empresarial, aumentar a produtividade, estabilizar os fluxos de rendimento e o custo de consumo e ampliar e diversificar os seus negócios. Num estudo de caso realizado na Ásia por Quinones et al. (2014) observou-se que o rendimento das famílias com acesso ao microcrédito é significativamente maior do que para as famílias sem acesso a crédito. De modo que, na Indonésia, verificou-se um aumento médio anual de 12,9% no rendimento dos mutuários. No Bangladesh, registrou-se um aumento médio anual do rendimento de 29,3% nos microempreendedores. No caso da Índia, 46% do aumento anual médio da receita foi reportado entre os mutuários. Os efeitos foram maiores para aqueles que estavam abaixo da linha de pobreza.

O Banco Mundial, em colaboração com o Instituto de Estudos de Desenvolvimento do Bangladesh, citado por Wood e Sharif (1997) mostrou que o Banco Grameen não só reduziu a pobreza e melhorou o bem-estar dos agregados familiares participantes, como aumentou a capacidade do agregado familiar de sustentar os seus ganhos ao longo do tempo.

De acordo com Chowdhury et al. (1991) tanto nas mulheres como os homens, participantes das atividades patrocinadas pelo BRAC³ têm um maior rendimento e possuem maior quantidade bens. Com a adesão deste programa, os indivíduos adquiriram a vantagem de serem mais frequentemente empregados do que os não participantes.

Hashemi (1997) num estudo nas zonas rurais do Bangladesh, averiguou uma diferenciação significativa dentro da classe mais baixa. Cerca de metade dos pobres são forçados a subsistir a partir de um rendimento per capita que é menos de metade da linha de pobreza. Contudo o Banco Grameen não conseguiu atingir este grupo de forma eficaz. Na maior parte, essas pessoas são tão pobres que não se consideram merecedoras de crédito. O sentimento desenvolve-se numa incapacidade de criar rendimento e pagar empréstimos. De acordo com Mosley e Hulme (2006), geralmente, a taxa de sucesso para extrair as pessoas da pobreza é muito maior para aqueles que vivem abaixo da linha de pobreza do que para os mais pobres.

No mesmo estudo, Hashemi (1997) concluiu que o microcrédito não é necessariamente a saída para todos os pobres. Na verdade, operações de microcrédito bem-sucedidas dependem fortemente dessa triagem para garantir que o dinheiro emprestado possa ser pago. Os indivíduos que apresentem dificuldades em fazer bom uso do empréstimo, ou seja, investir em vez de atender às necessidades imediatas de consumo, podem não ter como resposta os programas de crédito. Em concordância Wood e Sharif (1997) argumentam na sua pesquisa que os mais pobres geralmente praticam a "autoexclusão" de iniciativas de crédito geradoras de rendimento, pois não a compreendem como uma solução para os seus problemas de subsistência. Por outro lado, existem outros programas direcionados, como Programa de Desenvolvimento de Renda para Grupos Vulneráveis, de maneira a atender a necessidades específicas. Hashemi (1997) acredita que estes programas lhes proporcionam confiança e rendimento para mais tarde se qualificar em programas de crédito.

De acordo com Garson (1998), uma das possíveis soluções para tornar o microcrédito mais eficiente, concentra-se no acompanhamento do esforço e na melhoria das qualificações dos pobres empreendedores, pois conseguem criar as condições necessárias para o desenvolvimento de atividades geradoras de rendimento. O dinheiro público escasso destinado à erradicação da pobreza é então alavancado através do crédito.

No entanto, pesquisas detalhadas descobriram que alguns recursos de projeto de esboços de poupança e crédito são capazes de atender às necessidades de pessoas muito pobres. Montgomery (1996) constatou que o fácil acesso à poupança e o fornecimento de empréstimos

³ *Organização de Desenvolvimento Internacional com sede em Bangladesh. É a maior organização de desenvolvimento não governamental do mundo*

de emergência pelo banco de desenvolvimento SANASA permitiram que os pobres enfrentassem melhor as flutuações de rendimento sazonal. O autor argumenta que estender o crédito e satisfazer as necessidades dos pobres não precisa ser incompatível. Sendo assim, os pobres podem ser protegidos de práticas de empréstimo, através de cronogramas de pagamento flexíveis, facilidades de poupança e empréstimos de consumo a curto prazo.

Na mesma linha de pensamento, Bennett e Cuevas (1996) defendem o acesso a facilidades de poupança fiáveis, no sentido de ajudar os pobres a estabilizar o consumo durante períodos de crises cíclicas ou inesperadas. O objetivo é melhorar consideravelmente a segurança económica, isto porque, quando os indivíduos a possuem, o acesso ao crédito pode ajudar a sair da pobreza, melhorando a produtividade das suas empresas ou criando fontes de sustento. Para Marcus et al. (1999) o foco é muitas vezes ensinar os pobres a economizar e administrar o seu dinheiro com sabedoria, em vez de fornecer acesso instantâneo a serviços de poupança, sendo este a prioridade da maioria das pessoas pobres.

De forma generalista, os estudos mostram um impacto positivo do microcrédito na redução da pobreza. Os pobres podem beneficiar do microcrédito em termos de aumento dos rendimentos, estabilidade económica e redução de vulnerabilidade, que permite a satisfação das necessidades básicas e o acesso a diferentes tipos de serviços (Morduch e Haley, 2002). Por outro lado, outros estudos de avaliação não conseguem encontrar impactos significativos. Schreiner (2002) põe inclusive em causa a eficácia do microcrédito como uma estratégia de combate à pobreza nos EUA.

Em particular, há evidências contraditórias sobre o efeito prático no rendimento devido à contração do microcrédito. Acerca da eficiência relativa das microfinanças na qualidade de vida do microempreendedor existem poucos estudos. Contudo, apesar de existirem poucos estudos com evidências sobre saúde, estado nutricional e escolaridade primária, estas são em grande parte conclusivas e positivas (Wright, 2000).

2.1.3. Visão objetiva e subjetiva da qualidade de vida

Desde a década de 1960, a necessidade de avaliar o que é importante na vida das pessoas tornou-se urgente. O Produto Interno Bruto (PIB) foi cada vez mais utilizado para medir o progresso social. No entanto mostrou-se ineficiente na obtenção de resultados mais amplos, na medida em que não foi ao encontro de parâmetros adjacentes à qualidade de vida. Robert Kennedy abordou este ponto, alegando: o PIB “mede tudo (...) exceto o que faz a vida valer a pena (...)”. Segundo Brulé (2017) tornou-se consensual reunir alguns dos conceitos que definam o progresso de um país ou comunidade: bem-estar dos indivíduos e da sociedade (qualidade de vida), distribuição justa (equidade) e práticas sustentáveis (sustentabilidade). A noção de qualidade de vida pode ser desenvolvida em três níveis: individual, comunitário ou social. O termo “qualidade de vida” é abrangido por vários conceitos que sejam análogos em pelo menos um ponto referente ao tema de bem-estar. Contudo, de acordo com Brulé (2017), pode diferir em quase todos os aspetos relacionados entre eles: os pressupostos subjacentes, o objetivo final, a métrica, entre outros. Estes aspetos encontram-se ainda cingidos a um conjunto de atributos tais como significado, autonomia ou domínio ambiental, enquanto que as abordagens hedônicas se referem à avaliação subjetiva da vida do indivíduo. Essas duas abordagens abrangem, por sua vez vários conceitos, desde a busca das virtudes até a realização do verdadeiro potencial da pessoa atingindo uma vertente mais ampla de sentimentos e aspirações. Posto isto, é possível que estas abordagens se misturem e combinem (Brulé, 2017).

Os fatores que alteram a percepção do negócio e do ambiente de negócio para o empresário podem ser divididos em critérios absolutos e relativos. De acordo com (Taylor et al., 2011), os critérios relativos dependem da percepção do indivíduo, e como seres complexos e sociais, as motivações superam o interesse próprio simples. Sendo assim, as ciências sociais têm enfatizado a importância do apoio social e das relações interpessoais para o bem-estar físico e subjetivo. Outro estudo realizado pelo mesmo autor teve como objetivo descobrir a ligação entre reconhecimento e bem-estar subjetivo.

Taylor et al., (2011) defende que, enquanto uma pessoa não é reconhecida ou estimada aos olhos dos outros (percepção do indivíduo) não apresenta uma existência como uma entidade física. Esta ausência origina uma luta pela existência (validada) dentro dos indivíduos, considerada primária quanto a luta pela sobrevivência física. O estudo concluiu ainda que o bem-estar é encontrado em significados e sentimentos confinados ao ambiente doméstico ou a um círculo íntimo de amigos. Um estudo dirigido por Taylor et al., (2011) caracterizou o reconhecimento como uma nova visão de identidade pessoal. Neste estudo constatou-se que os indivíduos procuram interações e trocas recíprocas nas pessoas que interagem diariamente e

que tem influência na vida do indivíduo e ainda, que são significativas para este, tal como família e amigos.

De maneira a investigar os determinantes do bem-estar subjetivo, Posel e Hinks (2013) estimou as variáveis através de modelos probit ordenado. Posel e Hinks (2013) concluiu que os indivíduos que identificam a interajuda entre os vizinhos descrevem níveis significativamente mais altos de bem-estar. Além disso, o autor explorou as percepções do indivíduo quando compara o seu bem-estar a nível temporal e de que forma estas têm impacto no seu bem-estar subjetivo. Os indivíduos viam a sua classificação a nível de qualidade de vida a melhorar desde que tinham 15 anos, exibiam níveis significativamente mais altos de satisfação, por outro lado os níveis de bem-estar são significativamente menores entre aqueles que perceberam que sua posição piorou. No mesmo estudo foi possível estudar as expectativas sobre o rendimento futuro, tanto em comparações passadas como futuras. As percepções de estar em melhor situação têm um efeito maior sobre o bem-estar subjetivo do que as percepções de estar em pior situação. Uma possível explicação para essa assimetria é que num país em desenvolvimento, o facto de o indivíduo estar melhor do que os pais, ou ainda antecipar a posição de melhorar no futuro, pode ser observado mais como uma conquista do que um insucesso (Posel e Hinks, 2013). Ainda sobre os resultados, o autor descobriu que o rendimento absoluto tem um efeito pequeno, mas positivo, no bem-estar subjetivo; no que diz respeito às percepções de rendimento relativo, estas são preditores significativamente maiores do que a classificação real na distribuição de rendimento. Em suma, os resultados sugerem que tanto as comparações do indivíduo com ele próprio como com os outros, têm efeitos importantes sobre a satisfação com a vida ao longo do tempo. Indivíduos que acreditam estar na classe média e alta ao nível da distribuição de rendimento nacional, têm níveis consideravelmente mais altos de bem-estar subjetivo do que aqueles que se classificam numa classe mais pobre.

No mesmo sentido, classificar-se no meio da distribuição de rendimento tem um efeito semelhante ao facto de estar em boa ou excelente saúde. Ainda segundo Posel e Hinks (2013), os indivíduos chegam a importar-se mais com o seu status para com as pessoas que estão numa área geograficamente próxima, e conseqüentemente alcançar um maior impacto no bem-estar subjetivo do indivíduo. De acordo com Posel e Hinks (2013), a satisfação autoavaliada é influenciada não só pela riqueza ou pobreza dos indivíduos, mas também pela forma como seu status económico se classifica em relação aos outros.

De acordo com Balducci et al. (2010), o bem-estar pode ser estudado em função de três aspetos principais: bem-estar físico, saúde mental e satisfação no trabalho. O mesmo autor realizou um estudo num pequeno distrito italiano, no qual investigou as variáveis que determinam o bem-

estar no trabalho e a possibilidade de usar percepções e desejos sobre as variáveis que influenciam o bem-estar como preditores do mesmo. Neste estudo, utilizaram-se diferentes escalas para medir a satisfação no trabalho: definiu-se como “resposta emocional de uma pessoa relativamente a vários aspetos diferentes do seu trabalho” aquilo que o sujeito pensa acerca do seu próprio trabalho. Os resultados exibiram uma forte correlação entre satisfação no trabalho e bem-estar geral. Na mesma linha de pensamento para uma avaliação mais direcionada para a percepção do indivíduo, Loscocco e Spitze (1990) usa um único item: pergunta diretamente ao entrevistado como o individuo geralmente se sente e o quanto está feliz.

As percepções do trabalhador sobre o seu bem-estar podem, no entanto, ser influenciadas de acordo com as suas características pessoais (French et al., 1982). Segundo Sheldon et al. (1997) as respostas a esta diferenciação podem ser extraídas através das teorias modernas da personalidade. As teorias modernas da personalidade além de retratar as pessoas em termos de postura comportamental estável e duradoura definem-nas também pela autenticidade e autoexpressão. Os resultados sugerem que concepções dinâmicas de personalidade podem ter algo que contribua para definir perspetivas.

Segundo Pugliesi (1999) as descobertas da análise anterior sugerem que ambas as formas de trabalho emocional examinadas têm várias consequências nos trabalhadores. O trabalho emocional diz respeito às regulações emocionais necessárias por parte dos trabalhadores de forma a ir ao encontro de determinados objetivos organizacionais (Zapf e Holz, 2006). Seguindo a mesma linha de pensamento, Pugliesi (1999) concluiu que as formas de trabalho emocional afetam as percepções de stress no trabalho, satisfação no trabalho e angústia geral.

Há também a perspetiva do indivíduo relativamente ao stress no trabalho, Logan (2005) elaborou um questionário relativamente à frequência com que o indivíduo se apresentava em mau estado de saúde a um nível físico (escala de frequência de 1 = nunca a 4 = muito frequentemente no último mês). Neste estudo concluiu que, sintomas como dor de cabeça, problemas gastrointestinais, insónia, palpitações ou tontura, eram causados por situações de trabalho de tensão. Ora se o bem-estar físico é medido através de sintomas e problemas psicossomáticos reais, o bem-estar mental está estritamente relacionado com o modo como um indivíduo se sente em relação ao seu estado geral de saúde. Esse aspeto do bem-estar refere-se à esfera emocional do trabalhador e à tensão ou ansiedade causada pelo seu trabalho (Spector et al., 2002).

Segundo Cohen (1985) o apoio emocional de pessoas participativas na interação quotidiana a nível profissional e pessoal influencia positivamente o bem-estar. Assim sendo encontra este apoio nos supervisores e chefes no local do trabalho, colegas e amigos dentro e fora do trabalho

e ainda, na família. Desta forma constatou que este conjunto de pessoas são capazes de reduzir os efeitos de ansiedade no trabalho e melhorar a qualidade de vida do indivíduo.

As abordagens científicas tornaram possível melhorar a incorporação de percepções subjetivas em indicadores objetivos. A busca perpétua de objetividade levou a subjetividade a ser indesejada e até ser considerada enviesada. Brulé (2017) considera que aquilo que é usualmente considerado como “objetivo” e “subjetivo” deve ser incorporado num quadro mais complexo. Segundo Sen (1993), o bem-estar deve ser considerado em termos da capacidade de uma pessoa em realizar atos valiosos ou alcançar estados valiosos de ser. Sendo assim, o bem-estar dos indivíduos está ligado à sua capacidade de desenvolver aptidões individuais e socialmente desejáveis. Cummins (2005) defende que a qualidade de vida pode ser conceituada como um constructo que (1) é multidimensional e influenciado pelos fatores pessoais e ambientais e as suas interações; (2) possui a componente subjetiva e objetiva; (3) é reforçada pela autodeterminação, recursos, propósito na vida e um senso de pertence.

Veenhoven (2000) define a qualidade de vida, ramificando-a em "objetiva" e "subjetiva". A primeira, parte objetiva, refere-se ao grau em que uma vida responde aos padrões explícitos de boa qualidade de vida, no qual é avaliada por um fator imparcial (por exemplo, o resultado de um exame médico). O atributo subjetivo diz respeito a autoavaliações baseadas em critérios implícitos; a título de exemplo é aqui considerado o sentimento subjetivo de saúde de alguém. Posto isto, estas diferentes visões podem não ser compatíveis, ou seja, um indivíduo pode estar em boa saúde pelos critérios do seu médico, contudo não se sentir como tal.

De acordo com Brulé (2017), a maioria das avaliações humanas é baseada em fontes de informação de avaliação intuitiva e de avaliação orientada cognitivamente. Brulé (2017) idealiza que as coisas tangíveis, tais como o rendimento, são tipicamente avaliadas por comparação. Por outro lado, as questões intangíveis são avaliadas pela maneira como a pessoa se sente. De uma forma generalista, as pessoas formam ideias sobre os aspetos positivos e negativos das suas vidas como, por exemplo, o quão desafiadoras são e se há algum significado nisso. Estes julgamentos de retrospeção são feitos em diferentes perspetivas temporais: passado, presente e futuro. Como o futuro é menos palpável do que o passado e o presente, as esperanças e os medos dependem mais da inclinação afetiva do que do cálculo cognitivo.

Cummins (2000) observa a qualidade de vida como um agregado de componentes "objetivos" e "subjetivos". Cada um desses componentes é dividido em sete domínios: bem-estar material (medido pelo rendimento, qualidade da habitação e propriedades); saúde (estimada pelo número de incapacidades e idas ao médico, a produtividade pelas atividades no trabalho); produtividade (medida pelas atividades no trabalho, educação e lazer); intimidade (contatos, disponibilidade

e apoio dos amigos.); segurança (percepção da segurança do lar, qualidade do sono, nível de preocupação); participação na comunidade (atividades e responsabilidades sociais); e bem-estar emocional (oportunidade de fazer e possuir coisas desejadas e prazerosas). Com o objetivo de obter resultados, o autor utiliza neste estudo um sistema de pontos. Relativamente à atribuição das pontuações subjetivas, estas baseiam-se na forma como o indivíduo aprecia os aspetos da vida, mais propriamente, interrogando diretamente os entrevistados: “Quão satisfeito está com a sua própria felicidade?”.

Uma das primeiras tentativas de mapear a qualidade de vida de uma população deu-se pela realização do "Estudo do bem-estar comparativo" da Escandinávia, sob a direção de Allardt (1976). O bem-estar foi medido empregando os seguintes critérios: rendimento; habitação; apoio político; relações sociais; insubstituibilidade (o indivíduo detém valor para os outros); feitos importantes (apreciação de um aspeto da vida); saúde; educação e satisfação na vida.

Segundo Veenhoven (2000) a forma de como se aborda a qualidade de vida em geral deve ser distinguida em quatro qualidades: 1) habitabilidade do ambiente, 2) capacidade de vida da pessoa, 3) utilidade da vida para o ambiente e 4) apreciação da vida pela pessoa. Contudo, estas qualidades não podem ser adicionadas, e portanto, as pontuações classificadas pelos entrevistados não são somadas. Posto isto, para Veenhoven (2000) o melhor indicador disponível para analisar a qualidade de vida incide na pergunta “há quanto tempo e feliz a pessoa está”.

Os aspetos objetivos da qualidade de vida estão relacionados aos fatores externos da vida, sendo que incluem rendimento, estado civil, estado de saúde e o número de contatos diários com outras pessoas (Ventegodt et al., 2003). Torna-se importante distinguir os aspetos da qualidade de vida, visto que uma vida considerada benévola, é facilmente confundida com o tipo de vida que geralmente consideramos "correta" e rica em um sentido externo da palavra. Desta maneira, Ventegodt et al., (2003) acredita que os fatores escolhidos para indicar a qualidade de vida objetiva estão intimamente associados à cultura em que se vive. A qualidade de vida objetiva reflete-se na capacidade de adaptação à cultura do meio ambiente em que a pessoa se encontra. Segundo o mesmo autor, chega a tornar-se mesmo algo superficial, já que não pressupõe qualquer reflexão profunda ou reflexão sobre a natureza dessa cultura. Ainda, o grau de adaptação às normas da cultura é superficialmente sinónimo da noção de qualidade de vida.

Numa última análise, a qualidade de vida transmite cada vez menos uma dimensão pública e objetiva e mais uma dimensão privada e subjetiva. Isso significa que são necessários recursos adequados para seguir essa tendência social e medir o que é importante para os indivíduos (Brulé, 2017). Entre estes recursos consideram-se inquéritos amostrais e entrevistas. De acordo

com Cummins (2000), os indicadores objetivos da qualidade de vida incluem, por exemplo, índices de produção econômica, taxas de alfabetização, expectativa de vida e outros dados que podem ser coletados sem que uma avaliação subjetiva seja feita pelo indivíduo que está sendo avaliado. Indicadores objetivos podem ser usados isoladamente ou em combinação para formar índices resumidos, como nos Índice de Desenvolvimento Humano (Scarpin e Slomski, 2007). Além disso, diferente das medidas mais objetivas de qualidade de vida, as medidas subjetivas geralmente dependem de ferramentas de pesquisa ou entrevistas para reunir as próprias avaliações dos entrevistados sobre suas experiências vividas na forma de auto-relatórios de satisfação, felicidade e bem-estar (Cummins, 2000).

Segundo Pessoa e M. A. C. (2009) é bastante conveniente dispor de medidas objetivas e subjetivas de resultados num mesmo domínio da existência humana. Isto permite testar se a avaliação subjetiva das famílias reflete unicamente suas condições objetivas ou se são influenciadas por fatores culturais e psicológicos.

3. Dados

Com vista à prossecução dos objetivos propostos, todas as análises empíricas serão implementadas com recurso a uma base de dados da Associação Nacional de Direito ao Crédito (ANDC) construída a partir da informação recolhida através de um abrangente inquérito distribuído aos mutuários do microcrédito em Portugal. A principal fonte de dados advém do respetivo inquérito, sendo este construído através de uma entrevista direta no terreno, permitindo a avaliação do instrumento microcrédito e do trabalho da ANDC.

3.1. ANDC

A entrevista estruturada em série, com base em trabalho no terreno por uma equipa de entrevistadores contratados e formados para o efeito, dirigiu-se a um universo alvo de 1129 pessoas que contraíram crédito pela ANDC. A fase de Inquérito propriamente dita decorreu de Abril a Julho de 2014 e recebeu uma resposta de 595 microempresários residentes em 136 municípios. O questionário contém 33 questões no seu formato mais extenso, compreendendo os seguintes aspetos: razões de encerramento/manutenção do negócio; forma como o negócio tem evoluído e perspetivas futuras; importância do projeto de microcrédito no desenvolvimento da vida pessoal e no enquadramento social; e influência do projeto de microcrédito na evolução das condições de vida do empreendedor e familiares.

A associação privada sem fins lucrativos ANDC (Associação Nacional de Direito ao Crédito) iniciou o sistema de microcrédito português em 1998, tendo sido inspirada na experiência do Banco Grameen. Apresenta-se como a pioneira na prática do Microcrédito no nosso país e a única instituição de âmbito nacional, cuja atividade é inteiramente dedicada a tal. Desde os seus primórdios, a ANDC assinou diversas parcerias com diversas instituições, desde bancos a entidades públicas (como o Instituto Português Emprego e Formação Profissional, IEFP) e municípios ou outras organizações privadas sem fins lucrativos. Atualmente, a ANDC tem sido reconhecida como uma das mais ricas bases de dados no que concerne a informação a nível económico e social sobre o microcrédito, dado reunir minuciosas informações para todos as empresas e empresários.

Para cada empresa, a base de dados facultava informações sobre a data de constituição, atividade económica, localização geográfica, duração e sustentabilidade do negócio, razões do encerramento do negócio e contribuições para o sucesso do negócio. Ao nível dos empresários,

Dados

a ANDC fornece informações detalhadas de cada trabalhador como a idade, género, data de nascimento, nacionalidade, escolaridade, experiência profissional, formação específica, situação profissional atual e anterior à data de candidatura e representabilidade do microcrédito. De forma a complementar e aprofundar a análise dos dados da ANDC, foi adicionado manualmente os distritos de cada microempreendedor. A fonte de informação baseou-se nos concelhos incluídos no inquérito realizado pela Associação Nacional do Direito ao Crédito. Ainda, foi adicionado manualmente a densidade populacional com base nos concelhos, que embora utilizada para análise estatística, teve como objetivo principal a criação de uma variável explicativa de controlo para o modelo econométrico a ser estimado.

3.2. Variáveis e estatística descritiva

A relatividade e a subjetividade de medir a qualidade de vida pode traduzir realidades distintas, podendo dar expressão a indicadores estatísticos bastante diferentes. Torna-se fulcral, na análise da qualidade de vida dos microempreendedores, estabelecer, numa primeira instância, os termos a estudar. Escolher uma medida apropriada e usá-la na prática pode ser problemático, isto porque a definição e perceção podem estar em desacordo com a qualidade de vida intrínseca. Num estudo com o objetivo de medir a qualidade de vida, não existe correspondência direta entre as perceções do indivíduo avaliado e do avaliador. Portanto, é importante pedir aos microempresários que avaliem sua própria qualidade de vida usando um número crescente de medidas confiáveis e válidas. A decisão de usar uma medida pressupõe que os microempresários sejam capazes de avaliar sua própria qualidade de vida. Posto isto, é possível consolidar os aspetos necessários para proceder à medição da qualidade de vida através de uma pergunta realizada diretamente aos entrevistados: “Numa escala de 1 a 5 como considera o microcrédito que recebeu?” A variável dependente corresponde assim a uma variável ordinal, na qual classifica-se por: 1 - contribuiu muito para que a sua vida piorasse, 2 – contribuiu um pouco para que a sua vida piorasse, 3 – Não contribuiu para que a sua vida melhorasse ou piorasse, 4 – contribuiu um pouco para que a sua vida melhorasse, 5 – contribuiu muito para que a sua vida melhorasse.

Segundo os autores Walker e Brown (2004) e Onwumere et al. (2012) diferenças do nível do capital humano, como o nível de escolaridade, experiência e formação, explicam, em parte, a multiplicidade das perceções intrínsecas sobre a qualidade de vida e o sucesso do negócio. Considera-se a influência dos aspetos inerentes ao capital humano, nomeadamente, a experiência, sendo uma variável dummy que toma valor 1 quando o microempreendedor já tinha experiência na área do negócio que abriu; a formação especializada do empreendedor na

Dados

área antes de abrir o negócio. As características das microempresas influenciam a qualidade de vida dos indivíduos. Assim, torna-se interessante e importante analisar os fatores positivos e negativos ao longo da duração do negócio, destacando-se a localização e a densidade populacional onde a microempresa se encontra, e ainda num outro estudo, analisar a duração do negócio, se o indivíduo mantém o negócio e em caso negativo verificar quais as causas precedentes a esta ocorrência. Foi questionado aos microempreendedores (os que mantêm o negócio atualmente e os que deram baixa de atividade do negócio nas finanças) se o microcrédito possibilitou a criação ou ampliação do negócio; uma vida mais estável e menos precária; aumento do rendimento familiar; oportunidade de reorganizar a vida, acrescentando ao modelo estas variáveis explicativas. Ainda, se optou pela inclusão da variável independente acerca da qualidade de apoio prestado pela ANDC e sobre o contentamento que o indivíduo tem pelo seu negócio.

A Tabela 1 apresenta as variáveis identificadas acima para o ano de 2014.

Tabela 1 Descrição das variáveis

Variável	Nome da variável	Significado da variável	Variável dummy	
Idade	Idade	Idade do indivíduo	-	
Densipop	Densidade Populacional	Densidade populacional do distrito	-	
Exp	Experiência	Experiência profissional na área do micronegócio	0	O indivíduo não tem experiência na área do micronegócio
			1	O indivíduo tem experiência na área do micronegócio
Formespec	Formação específica	Formação específica na área do micronegócio	0	O indivíduo não tem formação específica na área do micronegócio
			1	O indivíduo tem formação específica na área do micronegócio
Rendfam	Rendimento Familiar	Rendimento familiar depois da criação do micronegócio	0	O rendimento familiar não aumentou depois da criação do micronegócio
			1	O rendimento familiar aumentou depois da criação do micronegócio
Reorgvida	Reorganizar a vida	Oportunidade de reorganizar a vida	0	A criação do micronegócio não possibilitou uma

Dados

		depois da criação do micronegócio		oportunidade de reorganizar a vida
			1	A criação do micronegócio possibilitou uma oportunidade de reorganizar a vida
Menosprec	Menos precariedade	Uma vida estável e menos precária depois da criação do micronegócio	0	A criação do micronegócio não possibilitou uma vida estável e menos precária
			1	A criação do micronegócio possibilitou uma vida estável e menos precária
Gostaandc	Gosta da ANDC	Gosta da ANDC no sentido em que voltava a recorrer à ANDC para contrair microcrédito	0	Não gosta da ANDC
			1	Gosta da ANDC
Qualapoio	Qualidade de apoio	Como considera o apoio prestado pela ANDC	0	Insuficiente
			1	Suficiente
Expandneg	Expande ou cria micronegócio	Possibilidade de criar ou expandir o micronegócio	0	O microempreendedor não teve a possibilidade de criar ou expandir o micronegócio
			1	O microempreendedor teve a possibilidade de criar ou expandir o micronegócio

A Tabela 2, Tabela 3 e Tabela 4 apresentam as estatísticas descritivas das variáveis identificadas acima para o ano de 2014.

Dados

Tabela 2 - Estatística Descritiva - Microempreendedores, 2014 (toda a amostra)

	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)
VARIÁVEIS	Média	p25	p50	p75	p90	d.p.	Mín	Máx
Idade	48.99	40	48	57	65	11.39	26	80
Sexo	0.545	0	1	1	1	-	0	1
Densipop	2,570	222.6	514.2	5,128	5,317	2,455	29.40	5,317
Exp	0.353	0	0	1	1	-	0	1
Formespec	0.163	0	0	0	1	-	0	1
Expandneg	0.793	1	1	1	1	-	0	1
Rendfam	0.212	0	0	0	1	-	0	1
Reorgvida	0.269	0	0	1	1	-	0	1
Menosprec	0.0739	0	0	0	0	-	0	1
Gostaandc	0.951	1	1	1	1	-	0	1
Qualapoio	0.970	1	1	1	1	-	0	1

Notas: d.p.: desvio-padrão; p25: percentil 25; p50: percentil 50; p75: percentil 75; p99: percentil 99. O número de observações é de 595. Fonte: Cálculos próprios com base na ANDC (2014).

Dados

Tabela 3 - Estatística Descritiva – Microempreendedores, 2014 (mantém o negócio)

VARIÁVEIS	(1) Média	(2) p25	(3) p50	(4) p75	(5) p90	(6) d.p.	(7) Mín	(8) Máx
Idade	48.82	40	48	57	63	10.69	29	80
Sexo	0.519	0	1	1	1	-	0	1
Densipop	2,496	222.6	514.2	5,128	5,317	2,450	29.40	5,317
Exp	0.0561	0	0	0	0	-	0	1
Formespec	0.00935	0	0	0	0	-	0	1
Expandneg	0.850	1	1	1	1	-	0	1
Rendfam	0.224	0	0	0	1	-	0	1
Reorgvida	0.271	0	0	1	1	-	0	1
Menosprec	0.0981	0	0	0	0	-	0	1
Gostaandc	0.963	1	1	1	1	-	0	1
Qualapoio	0.981	1	1	1	1	-	0	1

Notas: d.p.: desvio-padrão; p25: percentil 25; p50: percentil 50; p75: percentil 75; p99: percentil 99. O número de observações é de 214. Fonte: Cálculos próprios com base na ANDC (2014).

Dados

Tabela 4 - Estatística Descritiva - Microempreendedores, 2014 (não mantém o negócio)

	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)
VARIÁVEIS	Média	p25	p50	p75	p90	d.p.	Mín	Máx
Idade	49.09	40	48	58	66	11.78	26	80
Sexo	0.559	0	1	1	1	-	0	1
Densipop	2,613	193.8	514.2	5,128	5,317	2,461	29.40	5,317
Exp	0.520	0	1	1	1	-	0	1
Formespec	0.249	0	0	0	1	-	0	1
Expandneg	0.761	1	1	1	1	-	0	1
Rendfam	0.205	0	0	0	1	-	0	1
Reorgvida	0.268	0	0	1	1	-	0	1
Menosprec	0.0604	0	0	0	0	-	0	1
Gostaandc	0.945	1	1	1	1	-	0	1
Qualapoio	0.963	1	1	1	1	-	0	1

Notas: d.p.: desvio-padrão; p25: percentil 25; p50: percentil 50; p75: percentil 75; p99: percentil 99. O número de observações é de 381. Fonte: Cálculos próprios com base na ANDC (2014).

A amostragem na presente dissertação é denominada de amostragem por *Clusters*. Este tipo de amostragem é útil quando o universo estatístico é formado por populações de grande dimensão e dispersas por vastas áreas geográficas. A amostragem por *clusters* usa agrupamentos naturais de elementos da população, onde cada elemento da população pertence a um só grupo. Na amostragem por *clusters* é necessário dispor de uma listagem completa das amostras primárias. No caso aplicado à presente dissertação trata-se do grupo de indivíduos que contrairam microcrédito através da ANDC.

Segundo Hill et al. (2002), este método tem a vantagem de ser muito útil quando é difícil conhecer todos os casos do universo. No entanto o método exige que os *clusters* sejam relativamente semelhantes, de modo a que uma amostra por *clusters* possa ser uma amostra representativa dos casos do universo. Analisando as Tabelas 1.a a 1.c verifica-se que as variáveis idades, sexo, densidade populacional, rendimento familiar, reorganizar a vida, gosta da ANDC e qualidade de apoio têm médias muito aproximadas. A idade máxima dos microempreendedores é de 80 anos para todas as condições. Em relação à idade mínima da

Dados

amostra, para o grupo de pessoas que mantêm negócio no ano de 2014, a idade é de 29 anos. Dos que não mantêm negócio no ano de 2014 a idade mínima é de 26 anos.

Relativamente ao aumento do rendimento familiar e oportunidade de reorganizar a vida depois da criação do micronegócio, diferença não significativa existe entre aqueles que mantêm e não mantêm negócio.

Analisou-se a base de dados obtida através do inquérito realizado pela ANDC juntamente com a tabela 1.b e 1.c. Os resultados obtidos mostram-se não intuitivos ou expectáveis. Num total de 199 microempreendedores que mantêm negócio no ano de 2014, 29 indivíduos tinham experiência profissional anterior e 14 formação especializada na área do negócio. Num total de 396 microempreendedores que não mantêm negócio no ano de 2014, 170 indivíduos tinham experiência profissional anterior e 80 formação especializada. Ou seja, 15% dos microempreendedores que mantêm negócio tinham experiência profissional e 7% formação especializada. Do grupo de indivíduos que não mantêm negócio, 46% tinha experiência profissional anterior e 21% formação especializada. A estatística descritiva da tabela 1.b e 1.c, demonstram esta mesma discrepância entre microempreendedores que mantêm e não mantêm negócio no ano de 2014.

3.2.1. Caraterísticas sociodemográficas dos microempreendedores em Portugal

As caraterísticas dos micronegócios influenciam, igualmente, o desempenho e a qualidade de vida auferidos pelos indivíduos com características sociodemográficas semelhantes. Assim, são consideradas as variáveis de controlo ao nível do negócio, destacando-se a localização definida com base no nível 2 e 3 da Nomenclatura das Unidades Territoriais, excluindo Açores e Madeira.

O gráfico da Figura 1 mostra a distribuição por distrito dos microempreendedores e Portugal que mantiveram ou não o negócio. O eixo horizontal apresenta os valores em percentagem relativamente ao número de microempreendedores que mantiveram e não mantiveram o negócio sobre o total de microempreendedores em Portugal. No eixo vertical encontram-se os distritos de Portugal.

Dados

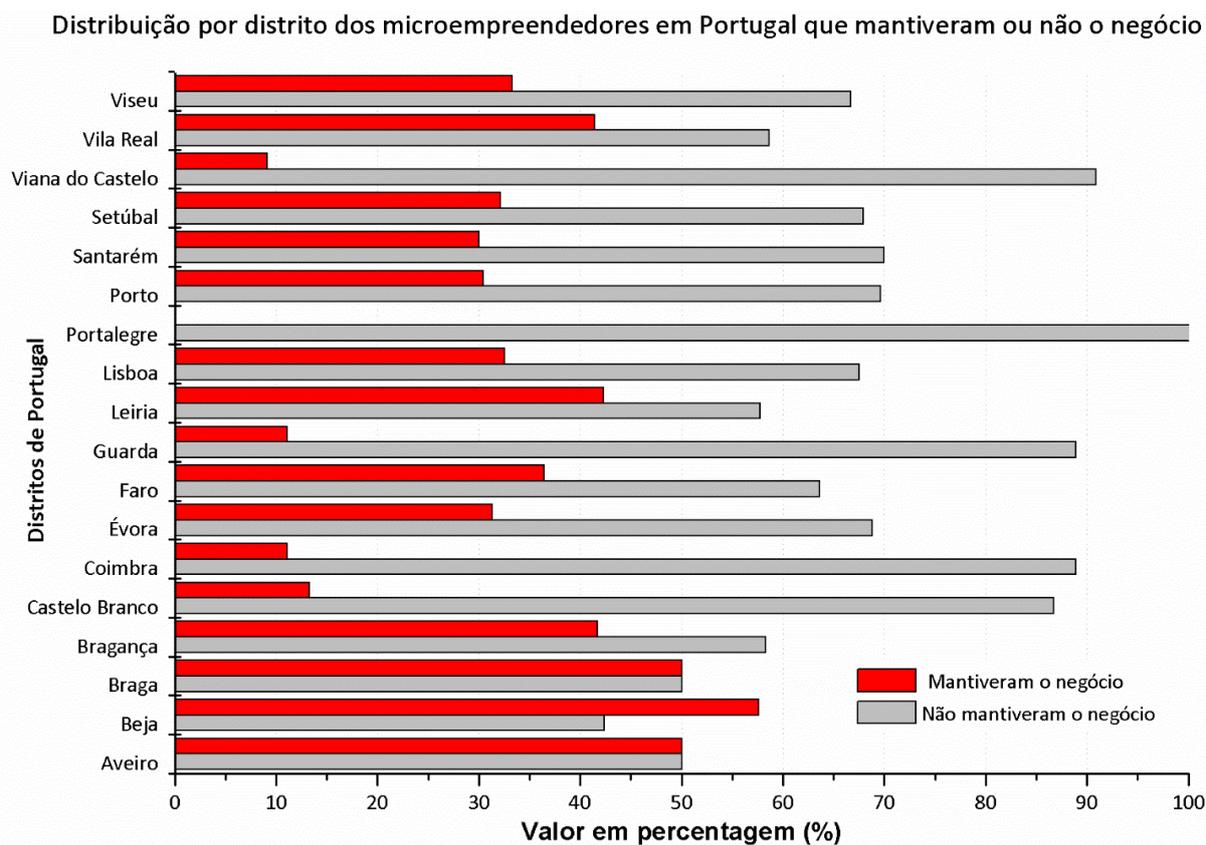


Figura 1 - Distribuição por distrito dos microempreendedores em Portugal que mantiveram ou não o negócio

Através da análise do gráfico da Figura 1 concluiu-se que todos os distritos exceto Beja, apresentam uma maior percentagem para o volume de microempreendedores que não mantiveram o negócio, comparativamente aos que mantiveram o negócio. Os distritos que têm uma percentagem igualmente dividida entre manteve e não manteve negócio são Braga e Aveiro. Excepcionalmente, os microempreendedores residentes e com negócio em Portalegre não conseguiram manter o negócio até ao ano do estudo (2014). Os distritos com uma segunda menor percentagem de microempreendedores que mantiveram o negócio são Viana do Castelo, Guarda e Coimbra. Apesar de existir um maior volume para os microempreendedores que não mantiveram o negócio, é possível verificar que em Vila Real, Leiria, Bragança, Braga, Beja e Aveiro, mais de 40% dos microempreendedores mantiveram o negócio.

Na Tabela 5 é possível observar a densidade populacional por distrito em Portugal no ano de 2014. Consideraram-se os distritos com maior densidade populacional aqueles que têm um valor superior a 300 habitantes/km² e os distritos com menor densidade populacional inferior ao mesmo valor (300 habitantes/km²). Entre os distritos de maior densidade populacional encontram-se Lisboa, Porto, Braga, Coimbra, Aveiro, Faro e Setúbal. Os restantes distritos são considerados distritos de baixa densidade populacional.

Dados

Tabela 5 - Densidade populacional por distrito em Portugal

Distrito	Densidade Populacional
Leiria	222.6
Beja	30.4
Évora	41.8
Coimbra	426.7
Guarda	57.3
Viseu	193.8
Bragança	29.4
Viana do Castelo	272.5
Santarém	108.3
Aveiro	390.1
Faro	303.5
Castelo Branco	37.6
Porto	5317.2
Vila Real	134.2
Setúbal	514.2
Lisboa	5127.9
Portalegre	53
Braga	990.7

Através da análise comparativa entre a Tabela 5e o gráfico da Figura 1 é possível concluir que os microempreendedores com negócio localizado em distritos de menor densidade populacional obtiveram maior taxa de sucesso em manter o negócio, quando comparado com os distritos de alta densidade populacional.

Na análise do gráfico da Figura 1 considerou-se que o microcrédito foi implementado com sucesso no distrito quando se obteve uma taxa superior a 30% dos microempreendedores que mantiveram o negócio.

Dentro dos distritos com baixa densidade populacional e taxa de sucesso, destacam-se Bragança, Évora, Beja, Santarém, Vila Real, Viseu e Leiria. Acima da taxa de sucesso, com uma percentagem de microempreendedores que mantiveram o negócio superior a 40%, estão

Dados

Bragança, Vila Real e Leiria. O distrito de Beja foi o único onde o número de microempreendedores que mantiveram o negócio foi superior ao número de microempreendedores que não mantiveram o negócio. O distrito de Beja atingiu uma percentagem superior a 55% do número de microempreendedores que mantiveram o negócio. Relativamente aos distritos com maior densidade populacional apenas Faro, Aveiro e Setúbal conseguiram atingir a taxa de sucesso. Em Faro e Setúbal pouco mais de 30% dos microempreendedores mantiveram o negócio. Aveiro foi o único distrito onde a percentagem de microempreendedores que mantiveram e que não mantiveram o negócio foi igualmente distribuída. Segundo Afonso (2011) uma das principais razões que está relacionado com a taxa de sucesso da longevidade do negócio é a localização do mesmo. Sendo que negócios localizados em regiões com maior densidade populacional e economicamente mais dinâmicos, apresentam maior risco de falha. Este resultado é contra-intuitivo, contudo deriva da existência de mais oportunidades de emprego e de concorrência que induzem os promotores a abandonar o projeto de auto-emprego financiado. A mesma conclusão é retirada na análise descrita em cima, em que os distritos com maior densidade populacional apresentam resultados menos positivos comparativamente aos distritos com menor densidade populacional.

No mesmo sentido da Figura 2, o gráfico apresentado de seguida, sugere que as regiões apresentam igualmente uma maior percentagem para microempreendedores que não mantiveram o negócio.

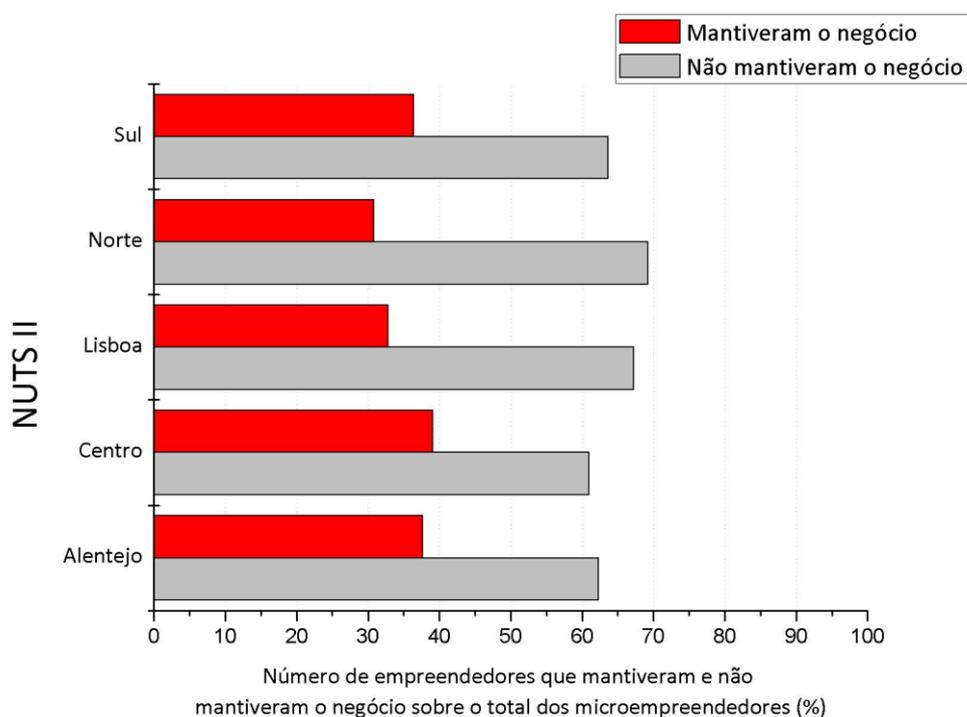


Figura 2 - Distribuição por NUTS II dos microempreendedores em Portugal que mantiveram ou não o negócio

Dados

Na Figura 2 não se observam grandes discrepâncias entre os valores das NUTS II. O valor mais elevado são os cerca de 40% dos microempreendedores que mantiveram o negócio residentes na região Centro, e o valor mais reduzido são os pouco mais de 30% dos microempreendedores que mantiveram o negócio na região Norte.

Do ponto de vista regional, destaca-se a região Norte com aproximadamente 70% de microempreendedores que não mantiveram o negócio. Os distritos que pertencem à região Norte são Bragança, Viana do Castelo, Porto, Vila Real e Braga. Como analisado na Tabela 5, apenas 10% dos microempreendedores mantiveram o negócio, localizados nos distritos de Viana do Castelo e Coimbra. Ainda sobre os distritos que percentem à região Norte, 30% dos microempreendedores mantiveram negócio no distrito Porto. Os restantes distritos da região Norte (Vila Real, Bragança e Braga) identificam-se com um percentagem superior a 40%. As estatísticas para Lisboa revelam uma segunda maior percentagem relativamente aos microempreendedores que não mantiveram negócio. Num total de 200 microempreendedores com negócio em Lisboa, 135 não mantiveram o negócio resultando assim numa percentagem de microempreendedores que não mantiveram o negócio de 68%.

Dados

Tabela 6 - Região por distrito em Portugal

Distrito	Região
Leiria	Centro
Beja	Alentejo
Évora	Alentejo
Coimbra	Centro
Guarda	Centro
Viseu	Centro
Bragança	Norte
Viana do Castelo	Norte
Santarém	Centro
Aveiro	Centro
Faro	Sul
Castelo Branco	Centro
Porto	Norte
Vila Real	Norte
Setúbal	Lisboa
Lisboa	Lisboa
Portalegre	Alentejo
Braga	Norte

Constata-se na Figura 2 que a região Centro apresenta um menor número de microempreendedores que não mantiveram o negócio, no qual 53 microempreendedores não mantiveram negócio num total de 87 microempreendedores. O presente argumento é facilmente constatado na Figura 1. De uma forma clara observa-se que 4 dos 6 distritos da região Centro, têm uma média de aproximadamente 39% dos microempreendedores que mantiveram negócio. Excepcionalmente, Guarda e Castelo Branco apresentam uma média de 12% dos microempreendedores que mantiveram negócio.

Ainda ao nível da qualidade de vida dos microempreendedores, a Figura 3 abaixo reporta, detalhadamente, a escala de medição da qualidade de vida dos microempreendedores por NUTS II em percentagem.

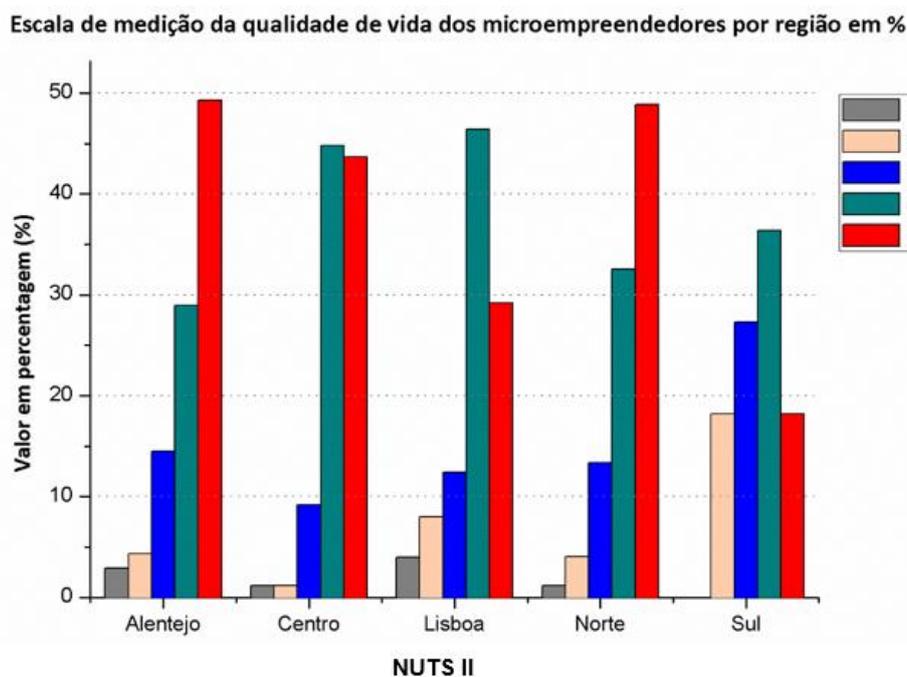


Figura 3 - Escala de medição da qualidade de vida dos microempreendedores por NUTS II em percentagem

Os microempreendedores classificaram numa escala de 1 a 5 como considera se o microcrédito que recebeu teve impacto na qualidade de vida. A escala de medição da qualidade de vida dos microempreendedores por região vai ser utilizada como variável dependente no modelo empírico estimado no próximo capítulo. A escala de medição de qualidade de vida classifica-se por: 1 - contribuiu muito para que a sua vida piorasse, 2 – contribuiu um pouco para que a sua vida piorasse, 3 – Não contribuiu para que a sua vida melhorasse ou piorasse, 4 – contribuiu um pouco para que a sua vida melhorasse, 5 – contribuiu muito para que a sua vida melhorasse. Esta escala de medição da qualidade de vida de 1 a 5 está representada por região na Figura 3. As estatísticas descritivas detalhadas na Figura 3 ilustram que para todas as regiões, exceto a região Sul, a classificação 4 e 5 é sempre superior às restantes. Na região Alentejo e Norte 49% dos empreendedores que usufruíram do microcrédito consideram que contribuiu muito para que a sua vida melhorasse. Ainda com a classificação máxima de 5, a região Centro atingiu os 44% dos microempreendedores. Relativamente a Lisboa a maioria não nomeia uma classificação de 5, mas ainda assim 46% dos microempreendedores considera que o microcrédito teve um impacto positivo na qualidade de vida. Apesar da região Sul apresentar uma distribuição mais equitativa, denota-se que nenhum microempreendedor considerou que o microcrédito não tivesse qualquer impacto negativo. De uma forma geral, em Portugal, apenas 15 empreendedores que receberam microcrédito num total de 589 empreendedores, isto é 3%, sentem que o microcrédito contribuiu muito para que a sua vida piorasse. A opinião destes empreendedores pode, em parte, dever-se à falência do negócio ou endividamento. Quando

Dados

analisado numa perspetiva não positiva, ou seja, um impacto negativo ou neutro (classificação de 1 a 3) da retenção de microcrédito nas suas vidas, existem 123 empreendedores num total de 589 indivíduos, atingindo uma percentagem de 21%. Ao nível do impacto positivo do microcrédito na qualidade de vida dos microempreendedores, é possível verificar que em Portugal, 79% da amostragem denomina uma classificação de 4 e 5. Assim, 466 indivíduos respondem à pergunta como considera o microcrédito que recebeu teve impacto na qualidade de vida com 4 – contribuiu um pouco para que a sua vida melhorasse e 5 – contribuiu muito para que a sua vida melhorasse. No que concerne à sustentabilidade do micronegócio representada na Figura 2, a generalidade dos resultados demonstra que uma maioria de empreendedores não mantiveram o negócio. Contudo, analisando a Figura 3, é possível concluir que apesar da maioria não ter conseguido manter o negócio, no entanto defende que viu a sua vida a ser melhorada através do recebimento do microcrédito. Sendo consensual na literatura que o insucesso do micronegócio ocorre com frequência, considera-se a influência dos aspetos inerentes à qualidade de vida, como um facto com impacto positivo no indivíduo. Na revisão de literatura, quando se aborda o microcrédito numa perspetiva intrínseca e pessoal, os estudos convergem pela concordância no que diz respeito ao impacto do microcrédito na qualidade de vida do microempreendedor. No mesmo sentido, a conclusão retirada da análise com base nos dados da ANDC vai ao encontro dos estudos expostos na revisão de literatura.

4. Métodos e metodologias

Na presente secção reportam-se os aspetos metodológicos utilizados na análise do impacto do microcrédito na qualidade de vida dos microempreendedores no contexto português. Concretamente na subsecção 4.1 discute-se a abordagem adotada na estimação do impacto do microcrédito na qualidade de vida dos microempreendedores baseada na regressão logística ordenada.

4.1. Regressão Logística Ordenada

Long e Freese (2006) alertam que é preciso garantir que o modelo a ser considerado seja apropriado para a variável de interesse antes de iniciar a análise, sendo que a questão é se o resultado medido é realmente ordenado. A interpretação do resultado ordenado fornecerá um guia confiável sobre a adequação do modelo. A variável de resposta é “Contribuiu muito para que a sua vida piorasse”, “Contribuiu um pouco para que a sua vida piorasse”, “Não contribuiu para que a sua vida melhorasse ou piorasse”, “Contribuiu um pouco para que a sua vida melhorasse” e “Contribuiu muito para que a sua vida melhorasse”. Sendo assim, o modelo a ser estimado na presente dissertação é um exemplo claro de censura de uma escala de preferência subjacente ordenada naturalmente e conseqüentemente é o modelo selecionado para a estimação dos resultados a serem concluídos.

O modelo a estimar no presente estudo empírico assume, de forma genérica, a seguinte especificação:

$$y_i^* = \beta'x_i + \varepsilon_i, i = 1, \dots, n \quad (\text{Equação 1})$$

em que, y_i^* é uma variável latente não observada, refletindo o valor da qualidade de vida do indivíduo i após obter o microcrédito, expresso numa escala. Sendo assim, y^* é a exata, não-observável, resposta da variável y . Neste caso, y^* representaria o verdadeiro nível de avaliação sobre a qualidade de vida de cada indivíduo. Não é possível observar a variável y^* , contudo pode-se observar as categorias da resposta. É observada na forma discreta mediante a um mecanismo de censura;

$$\begin{aligned} y_i &= 1 \text{ se } y_i^* \leq \mu_1 \\ &= 2 \text{ se } \mu_1 < y_i^* \leq \mu_2 \end{aligned} \quad (\text{Equação 2})$$

$$= J \text{ se } \mu_{J-1} < y_i^* \leq \mu_J$$

O vetor x_i é um conjunto de K variáveis que são assumidas como independentes de ε_i ; β é um vetor de K parâmetros, convertendo o vetor das variáveis explanatórias em sua contribuição para o valor da qualidade de vida; as n observações da amostra são rotuladas $i = 1, \dots, n$ e assume-se que tanto os coeficientes quanto os parâmetros de limite não diferem entre os indivíduos.

A variável ε_i é uma variável de perturbação aleatória independente e identicamente distribuída. A suposição da distribuição de ε_i inclui independência ou exogeneidade de x_i .

Greene e Hensher (2010) apresentam que o modelo contém os efeitos marginais desconhecidas, β , assim como $J - 1$ parâmetros de limite desconhecidos, μ_J todos a serem estimados utilizando uma amostra de n observações. O número de observação da amostra é de 551 indivíduos, onde $n = 551$. Os dados consistem nas variáveis, x_i e no resultado discreto observado, $y_i = 1, \dots, J$. Podem ser observados numa escala de 1 a 5, e por isso cinco resultados possíveis, em que $y_i = 1, 2, 3, 4, 5$.

Greene e Hensher (2010) sugere que uma aplicação típica da ciência social começa a partir de um resultado de medida, tal que a escala de utilidade descreve uma preferência subjacente. De acordo o mesmo autor, os indivíduos quando questionados se estão de acordo com determinada política, por exemplo, mesmo se fosse possível, não forneceriam o verdadeiro y_i^* mas sim, um valor censurado de y_i^* , em faixas disponíveis na pesquisa. A resposta do entrevistado seria uma das faixas que mais se aproxima de suas verdadeiras preferências. A regressão logística procura estimar a probabilidade de a variável dependente assumir um determinado valor em função dos conhecidos de outras variáveis. Pelas leis de probabilidade, as probabilidades associadas com os resultados observados são:

$$Prob(Y = J) = \frac{1}{1 + \exp(Z_i - \mu_J)} - \frac{1}{1 + \exp(Z_i - \mu_{J-1})} \quad (\text{Equação 3})$$

Ressalta-se que, assim como em outros modelos de escolha discreta, os modelos de escolha ordenada descrevem as probabilidades de resposta. Desta forma não descrevem diretamente a relação entre y_i e as variáveis x_i . Segundo Greene e Hensher (2010) algumas normalizações tornam-se necessárias para a identificação dos parâmetros do modelo. Em primeiro lugar, com o intuito de preservar os sinais positivos de todas as probabilidades, exige-se que $\mu_J > \mu_{J-1}$. Em segundo lugar, se o suporte utilizado é o eixo real, então $\mu_0 = -\infty$ $\mu_J = +\infty$

De acordo com Grilli, L., e Rampichini, C. (2014), o modelo é baseado nas probabilidades cumulativas da variável resposta: em particular, o logit de cada probabilidade cumulativa é assumido como sendo uma função linear das covariáveis com coeficientes de regressão constantes nas categorias de resposta. Presume-se que os indivíduos da amostra sejam categorizados independentemente um do outro. Isso permite que seja feita uma avaliação das contribuições independentes para as probabilidades em cada faixa subsequente de qualidade de vida de cada uma das características individuais. É possível estimar as probabilidades em cada faixa subsequente de qualidade de vida para indivíduos que possuem uma característica específica em comparação com aqueles que não possuem (por exemplo, ser homem ou mulher). Posteriormente vai ser considerado o efeito de todos os outros fatores na lista de variáveis independentes.

4.1.1. Odds Ratio

A interpretação do modelo logit ordenado pode ser simplesmente realizada em termos de odds ratio para probabilidades cumulativas.

Por vezes, o modelo de logit ordenado também é chamado de modelo de probabilidades proporcionais porque, se as suposições do modelo forem atendidas, os índices de probabilidades permanecerão os mesmos, independentemente de qual das regressões logísticas colapsadas for estimada (portanto, o termo suposição de chances proporcionais também é frequentemente usada). Onde p é a probabilidade de sucesso (ocorrência do acidente) e $1-p$ corresponde à probabilidade de insucesso (não ocorrência de acidente). Esta transformação é chamada de “transformação logit da probabilidade p ” e a razão $p/(1-p)$ na transformação logit é chamada de Odds Ratios.

5. Resultados Empíricos

Na presente secção são reportados três conjuntos de resultados. Numa primeira instância apresentam-se os resultados da qualidade de vida dos microempreendedores portugueses obtidos através da aplicação da regressão logística ordenada. Ainda, no modelo de probabilidades proporcionais considerou-se a interpretação dos coeficientes numa relação de probabilidade, comparando as pessoas que estão num grupo onde estão mais satisfeitas com a sua melhoria da sua qualidade de vida versus pessoas que estão menos satisfeitas com a melhoria da sua qualidade de vida após usufruírem do microcrédito. Numa segunda instância, com vista a testar se a suposição de probabilidades proporcionais é válida, realiza-se o teste de Brant.

5.1. Modelo Regressão Logística ordenada

Os dados foram coletados em 551 indivíduos que contraíram microcrédito através da ANDC. Na criação do modelo econométrico, consideraram-se como variáveis explicativas, variáveis sociodemográficas, variáveis *dummys* (experiência, formação específica, expandir negócio, rendimento familiar, reorganizar a vida, vida mais estável e menos precária) e ainda variáveis relacionados com a qualidade de serviço e qualidade de apoio da Associação Nacional de Direito ao Crédito (ANDC). As variáveis seleccionadas para este modelo encontram-se explicadas detalhadamente na Tabela 7. A variável de resposta do modelo, qualidade de vida, será tratada como ordinal assumindo que os valores irão variar numa escala de 1 a 5.

Resultados Empíricos

Tabela 7 – Resultado dos coeficientes estimados para 2014

VARIÁVEIS	(1) Qvida
Densipop	-0,0001*** (3,45e-05)
Idade	0,012 (0,0074)
Exp	-0,462*** (0,177)
Formespec	-0,385* (0,218)
Expandneg	0,910*** (0,202)
Rendfam	0,33** (0,215)
Reorgvida	-0,225 (0,199)
Menosprec	0,974*** (0,371)
Gostaandc	1,443*** (0,389)
Qualapoio	1,449*** (0,503)
Observações	551
R-quadrado	0,070

Notas: Erros-padrão entre parêntesis. Níveis de significância: *** $p < 0,01$, ** $p < 0,05$, * $p < 0,1$.
A variável dependente corresponde à classificação da qualidade de vida numa escala de 1 a 5.
Fonte: Cálculos próprios com base no inquérito realizado pela ANDC (2014).

É possível verificar que todas as 551 observações no nosso conjunto de dados foram usadas na análise. A razão de verossimilhança qui-quadrado de 95,05 com um valor-p de 0,0000 provando que modelo econométrico apresentado nesta dissertação, é como um todo estatisticamente significativo.

A Tabela 7, apresenta os coeficientes, desvio-padrão estimado, testes z e os valores de *p-value* associados e o intervalo de confiança de 95% dos coeficientes. Para um nível de significância de 5%, as variáveis independentes Densipop, Exp, Expandneg, Rendfam, Menosprec, Gostaandc, Qualapoio são estatisticamente significativas. As restantes variáveis independentes (Idade, Formespec, Reorgvida) não são estatisticamente significativas para um nível de significância de 5%.

A partir da análise dos resultados obtidos conclui-se que para um aumento de uma unidade na variável Exp (ou seja, passando de 0 para 1), espera-se uma diminuição de 0.46 no log-odd de

Resultados Empíricos

pertencer a uma categoria Qvida mais alta, enquanto as outras variáveis no modelo são mantidas constantes. Ainda, quando aumenta uma unidade na variável Expandneg, espera-se um aumento de 0.91 no log-odd de pertencer a uma categoria Qvida mais alta, enquanto as outras variáveis no modelo são mantidas constantes. Sobre a variável Rendfam, para um aumento de uma unidade na Rendfam, espera-se um aumento de 0.43 no log-odd de pertencer a uma categoria Qvida mais alta, enquanto as outras variáveis no modelo são mantidas constantes. A variável Menosprec indica que para um aumento de uma na unidade em Menosprec, espera-se um aumento de 0.97 no log-odd de pertencer a uma categoria Qvida mais alta, enquanto as outras variáveis no modelo são mantidas constantes. É expectável que para um aumento de uma unidade na variáveis Gostaandc e Qualapoio, exista um aumento de 1.44 no log-odd de pertencer a uma categoria Qvida mais alta, enquanto as outras variáveis no modelo são mantidas constantes. Para um aumento de uma unidade na Densipop, espera-se uma diminuição de 0.00015 no log-odd de pertencer a uma categoria Qvida mais alta, enquanto as outras variáveis no modelo são mantidas constantes.

Teste de Brant

O teste brant analisa se a seguinte suposição é válida: a distância entre cada categoria é equivalente (também conhecida como premissa de riscos proporcionais). Ou seja, o teste de Brant vai ser usado para testar se a suposição de riscos proporcionais (ou seja, linhas paralelas) é válida.

Após correr o teste de Brant usando o stata, é possível concluir que valor qui-quadrado geral insignificante sugere que as suposições da ologit são atendidas.

P-value=0.217 (>0.100) portanto o teste não é significativo, o que prova que a assunção de proporcionalidade é validada nestes resultados. Os resultados do teste de Brant encontram-se na Tabela 8.

Resultados Empíricos

Tabela 8 - Teste de Brant para o modelo de regressão logística ordenada

	Chi2	p>chi2	df
Variáveis	39.04	0.217	33
Densipop	1.43	0.699	3
Idade	3.08	0.379	3
Exp	3.26	0.354	3
Formespec	4.32	0.229	3
Expandneg	3.13	0.372	3
Rendfam	3.78	0.286	3
Reorgvida	3.16	0.367	3
Menosprec	3.74	0.291	3
Gostaandc	1.72	0.632	3
Qualapoio	3.92	0.271	3

5.2. Odds ratio

As estimativas do modelo de probabilidades proporcionais abordam o relacionamento entre as variáveis independentes (Densipop, Idade, Exp, Formespec, Expandneg, Rendfam, Reorgvida, Menosprec, Gostaandc, Qualapoio) e a variável dependente (Qvida).

No modelo de probabilidades proporcionais considerou-se a interpretação dos coeficientes numa relação de probabilidade, comparando as pessoas que estão num grupo onde estão mais satisfeitas com a sua melhoria da sua qualidade de vida versus pessoas que estão menos satisfeitas com a melhoria da sua qualidade de vida após usufruírem do microcrédito. Assim interpreta-se que uma alteração de uma unidade na variável independente, a probabilidade de esta alteração estar correlacionada com um grupo que está bastante satisfeito vs grupos que estão menos satisfeitos com a sua qualidade de vida é n vezes superior.

Na presente análise serão consideradas as variáveis independentes que são estatisticamente significativas. Tal como foi referido anteriormente, são essas variáveis a Densipop, Exp, Expandneg, Rendfam, Menosprec, Gostaandc e Qualapoio.

A Tabela 9 mostra os resultados do modelo de probabilidades proporcionais.

Resultados Empíricos

Tabela 9 - Resultados estimado pelas odds ratio para 2014

VARIÁVEIS	(1) Qvida
Densipop	0,999*** (3.45e-05)
Idade	1,012 (0,0074)
Exp	0,630*** (0,111)
Formespec	0,680* (0,148)
Expandneg	2,483*** (0,501)
Rendfam	1,542** (0,332)
Reorgvida	0,779 (0,158)
Menosprec	2,647*** (0,980)
Gostaandc	4,234*** (1,647)
Qualapoio	4,259*** (2,142)
Observations	551
R-quadrado	0,070

Notas: Erros-padrão entre parêntesis. Níveis de significância: *** p<0,01, ** p<0,05, * p<0,1.
A variável dependente corresponde à classificação da qualidade de vida numa escala de 1 a 5.
Fonte: Cálculos próprios com base no inquérito realizado pela ANDC (2014).

No modelo de probabilidades proporcionais mostra que com um aumento de uma unidade da variável densidade populacional (Densipop), o rácio de probabilidades (odd) de estar num grupo que responde com valores mais altos sobre a mudança na Qualidade de Vida(Qvida=5) diminuiu para 0.999 do rácio anterior (sem acréscimo da variável Densipop), mantendo o resto constante. O valor de probabilidade é próximo de 1, isto quer dizer que a probabilidade de encontrar um indivíduo que viu melhorar a sua qualidade de vida numa cidade com densidade populacional próxima é quase a mesma.

O aumento de uma unidade de 0 para 1 na variável Exp, isto é, passar de um indivíduo que não tem experiência para um indivíduo que tem experiência na área do microcrédito, o odd de estar inserido num grupo que viu o microcrédito contribuir para melhorar a sua qualidade de vida (Qvida=5) quando comparado com grupos (Qvida=4 e Qvida=3 e Qvida=2 e Qvida=1) é 0.63 vezes menor. Neste caso a experiência na área do micronegócio não é um fator preponderante

Resultados Empíricos

no sucesso do micronegócio. Pelo contrário, nesta base de dados, indivíduos sem experiência na área do micronegócio têm maior probabilidade de estar numa categoria mais alta de qualidade de vida quando comparados com pessoas que têm experiência no micronegócio. No aumento de uma unidade de 0 para 1 da variável *Expandneg*, a variável 1 significa que através do microcrédito os microempreendedores tiveram a possibilidade de criar um novo negócio ou expandir um negócio já existente. A probabilidade de encontrar um microempreendedor que expandiu/criou um negócio num grupo que viu melhorar consideravelmente a sua qualidade de vida ($Q_{vida=5}$) relativamente a grupos inferiores ($Q_{vida=4}$ e $Q_{vida=3}$ e $Q_{vida=2}$ e $Q_{vida=1}$) é 2.48 vezes maior. Em suma, existe uma maior probabilidade do microcrédito ter ajudado os microempreendedores na criação/expansão do seu negócio e, conseqüentemente, encontrarem-se num grupo com alto grau de satisfação da sua qualidade de vida.

Na variável *Menosprec* o aumento de uma unidade de 0 para 1, significa que a criação do micronegócio possibilitou uma vida estável e menos precária, o odd de se encontrar num grupo alto de melhoria da qualidade de vida ($Q_{vida=5}$) comparativamente com os grupos inferiores ($Q_{vida=4}$ e $Q_{vida=3}$ e $Q_{vida=2}$ e $Q_{vida=1}$) é 2.64 vezes maior. A abertura do micronegócio possibilitou à grande maioria das pessoas ter uma vida mais estável e menos precária.

Com o aumento de uma unidade de 0 para 1 da variável *Gostandc*, isto é passar de não gostar da ANDC para gostar da ANDC, a probabilidade de estar num grupo de que viu melhorar bastante a qualidade de vida ($Q_{vida=5}$) é 4.23 maior quando comparado com os outros grupos baixos combinados ($Q_{vida=4}$ e $Q_{vida=3}$ e $Q_{vida=2}$ e $Q_{vida=1}$). Dos resultados anteriores conclui-se que as pessoas que usufruíram do microcrédito e que gostam da ANDC encontram-se com uma alta taxa de probabilidade de se encontrar num grupo que viu a sua vida melhorar bastante e, como tal, o feedback sobre a ANDC foi positivo.

Por fim, um aumento de uma unidade de 0 para da variável independente *Qualapoio*, passando de considerar o apoio prestado pela ANDC de insuficiente para suficiente, a probabilidade de estar inserido num grupo que viu o microcrédito contribuir para melhorar a sua qualidade de vida ($Q_{vida=5}$) quando comparado com grupos ($Q_{vida=4}$ e $Q_{vida=3}$ e $Q_{vida=2}$ e $Q_{vida=1}$) é 4.25 vezes superior. Em suma conclui-se que as pessoas que usufruíram do microcrédito e que consideraram suficiente o apoio por parte da ANDC têm maior probabilidade de estar num grupo que viu a sua vida melhorar bastante. Fica assim evidente que a relação estabelecida com a ANDC por cada mutuário vem influenciar a resposta relativamente ao papel de mudança de vida devido ao microcrédito.

6. Conclusões

Os debates em torno do conceito de pobreza intensificaram-se nas últimas décadas e recentemente a Comunidade Internacional reconheceu que a pobreza afeta as sociedades, independentemente do seu nível de desenvolvimento, sendo não apenas sinónimo de carência económica ou falta de alimentação, mas igualmente carência material. Assim como o alojamento, a educação e os cuidados de saúde, a carência social, a liberdade individual e o direito a um nível de vida aceitável. São também aqui considerados os estudos com evidências sobre o impacto do microcrédito na qualidade de vida em países em desenvolvimento são poucos, mas na maior parte estão em concordância e são positivos. Contudo, o mesmo não é visível nos países desenvolvidos. Neste sentido, este estudo investigou uma temática pouco explorada quando comparada com as evidências existentes para os países em desenvolvimento, especificamente foi realizado com base numa amostra de empreendedores que contraíram microcrédito em Portugal.

Com o objetivo de perceber o impacto do microcrédito na vida dos microempresários, o presente trabalho assentou na estimação e análise de resultados do modelo de escolhas ordinal designado como modelo logit ordenado.

Com recurso à informação da Associação Nacional de Direito ao Crédito para o ano de 2014, numa primeira fase são investigados, a partir da estimação de uma equação e com recurso à regressão logística ordenada, os níveis de qualificação de qualidade de vida dos microempreendedores portugueses. Os resultados observados mostram que a variável explicativa densidade populacional, apesar de ser estatisticamente significativa, tem pouco ou quase nulo impacto na qualidade de vida dos microempreendedores. Sobre a experiência na área do micronegócio, é possível verificar que indivíduos sem experiência na área do micronegócio têm maior probabilidade de estar numa categoria mais alta de qualidade de vida quando comparado com pessoas que têm experiência no micronegócio.

Relativamente ao impacto positivo do microcrédito na qualidade de vida dos microempreendedores, é possível verificar que existe uma maior probabilidade do microcrédito ter ajudado os microempreendedores na criação/expansão do seu negócio e, conseqüentemente, encontrarem-se num grupo com alto grau de satisfação da sua qualidade de vida. Ainda, a abertura do micronegócio possibilitou à maioria das pessoas ter uma vida mais estável e menos precária. Quando os microempreendedores respondem afirmativamente à pergunta

Conclusões

“Recomendaria a ANDC a outra pessoa que estivesse à procura de soluções de microcrédito”, conclui-se que as pessoas que usufruíram do microcrédito e que gostam da ANDC encontram-se com uma alta taxa de probabilidade de se encontrar num grupo que viu a sua vida melhorar bastante e, como tal, o feedback sobre a ANDC foi positivo.

Na mesma linha de pensamento, o apoio por parte da associação de microcrédito que providencia o crédito, continua a apresentar um papel importante na qualidade de vida dos empreendedores que contraem microcrédito. Analisando a variável Qualapoio, conclui-se que as pessoas que usufruíram do microcrédito e que consideraram suficiente o apoio por parte da ANDC têm maior probabilidade de estar num grupo que viu a sua vida melhorar bastante.

Numa perspetiva futura, e como complemento da investigação aqui realizada, tornar-se-ia relevante expandir a análise da qualidade de vida por sucesso ou insucesso do micronegócio e ainda conforme o sector do micronegócio. Em particular, justifica-se a aplicação de abordagens de decomposição num conjunto restrito de profissões de modo a aferir em que profissões os microempreendedores encontram-se num nível mais elevado de qualidade de vida.

Num estudo posterior tornar-se-ia igualmente relevante abordar com mais ênfase as conclusões sobre a variável experiência. Iniciar uma análise profunda de forma a estudar o porquê de os indivíduos sem experiência na área do micronegócio terem maior probabilidade de estar numa categoria mais alta de qualidade de vida quando comparado com pessoas que têm experiência no micronegócio.

Bibliografia

Afonso, J. S. (2011). *Microcrédito e Território-Portugal como Estudo de Caso*. Faculdade de Economia da UP, Porto.

Arenius, P. and M. Minniti (2005). Perceptual Variables and Nascent Entrepreneurship. *Small Business Economics*.

Amin, S., Rai, A. S., & Topa, G. (2003). Does microcredit reach the poor and vulnerable? Evidence from northern Bangladesh. *Journal of development Economics*, 70(1), 59-82.

Balducci, C., Fraccaroli, F., & Schaufeli, W. B. (2010). Psychometric Properties of the Italian Version of the Utrecht Work Engagement Scale (UWES-9). *European Journal of Psychological Assessment*, 26(2), 143-149. doi:10.1027/1015-5759/a000020

Belás, J., Bilan, Y., Demjan, V., & Sipko, J. (2015). Entrepreneurship in SME segment: case study from the Czech Republic and Slovakia. *Amfiteatru Economic Journal*, 17(38), 308-326.

Bennett, L., & Cuevas, C. E. (1996). Sustainable banking with the poor. *Journal of International Development*, 8(2), 145–152.

Brulé, R., & Gaikwad, N. (2017). Culture, capital and the political economy gender gap: Evidence from Meghalaya's Matrilineal Tribes. Working Paper.

Castañeda, L. (2009). *Alta dirección en las PYMES: el director de una PYME debe pensar en grande para que su empresa sea grande*. México: Ediciones Poder.

Chowdhury, A. M. ., Mahmud, M., & Abed, F. H. (1991). *Impact of credit for the rural poor: The case of BRAC: Small Enterprise Development*. (2nd ed.). London: Intermediate Technology Publications.

Civelek, M., Rahman, A., & Kozubikova, L. (2016). Entrepreneurial orientation in the segment of Micro-Enterprises: Evidence from Czech Republic. *International Journal of Entrepreneurial Knowledge*, 4(1), 72-89.

Cohen, S., & Wills, T. A. (1985). Stress, social support, and the buffering hypothesis. *Psychological bulletin*, 98(2), 310.

Correa, J. E. (2012). Influencia del capital humano para la competitividad de las pymes en el sector manufacturero de Celaya, Guanajuato. Universidad de Celaya, México.

Cummins, R. A. (2000). Objective and subjective auality of life: An interactive model. *Social*

Bibliografia

- indicators research*, 52(1), 55-72.
- Cummins, R. A. (2005). Moving from the quality of life concept to a theory. *Journal of Intellectual disability research*, 49(10), 699-706.
- Esquivel-Martínez, H., & Hernández-Ramos, U. (2007). Crecimiento económico, información asimétrica en mercados financieros y microcréditos. *Economía, Sociedad y Territorio*, 6(23), 773-805.
- Eugênio, A.S. (2016). Trade-Off Inflação-Desemprego e Bem-Estar Subjetivo no Brasil. Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil.
- French, J. R., Caplan, R. D., & Van Harrison, R. (1982). *The mechanisms of job stress and strain* (Vol. 7). Chichester [Sussex]; New York: J. Wiley.
- Garson, J. (1998). Microfinance and anti-poverty strategies: a donor perspective. Microfinance and Anti-poverty Strategies: A Donor Perspective. *United Nations Capital Development Fund (UNCDF) Policy Book*. New York.
- Greene, W. H. (2008). The econometric approach to efficiency analysis. *The measurement of productive efficiency and productivity growth*, 1(1), 92-250.
- Greene, W. H., & Hensher, D. A. (2010). *Modeling ordered choices: A Primer*. Cambridge University Press, Cambridge.
- Grilli, L., & Rampichini, C. (2014). Ordered Logit Model. *Encyclopedia of Quality of Life and Well-Being Research*, 4510–4513.
- Hashemi, S.M. (1997). "Building up Capacity for Banking with the Poor: The Grameen Bank of Bangladesh." In Hartmut Schneider, ed., *Microfinance for the Poor?* Paris: OECD.
- Hensher, D. A., & Greene, W. H. (2002). Specification and estimation of the nested logit model. *Transportation Research B*, 36, 1–17.
- INE (2014) Pequenas e micro empresas: total e por dimensão (%)
<https://www.pordata.pt/Portugal/Pequenas+e+m%c3%a9dias+empresas+em+percentagem+do+total+de+empresas+total+e+por+dimens%c3%a3o-2859-248025>
- INE (2014) Dimensão média das pequenas e médias empresas: por alguns sectores de actividade económica (%)
<https://www.pordata.pt/Europa/Dimens%c3%a3o+m%c3%a9dia+das+pequenas+e+m%c3%9dias+empresas+por+alguns+sectores+de+actividade+econ%c3%b3mica-3216>
- Khandker, S. R. (2005). Microfinance and poverty: Evidence using panel data from Bangladesh. *The world bank economic review*, 19(2), 263-286.
- Koellinger, P. (2008). Why are some entrepreneurs more innovative than others? *Small Business Economics*, 31(1), 21.

Bibliografia

- Logan, M. S., & Ganster, D. C. (2005). An experimental evaluation of a control intervention to alleviate job-related stress. *Journal of Management*, 31(1), 90-107.
- Long, J. S., & Freese, J. (2006). *Regression models for categorical dependent variables using Stata*. Texas: Stata press.
- Loscocco, K. A., & Spitze, G. (1990). Working conditions, social support, and the well-being of female and male factory workers. *Journal of health and social behavior*, 313-327.
- Marcus, R., Porter, B., & Harper, C. (1999). *Money matters: understanding microfinance*. London: Save the Children.
- Marr, A. (2002). *Microfinance and poverty reduction: the problematic experience of communal banking in Peru* (Working Paper No. 122).SOAS:UK.
- McCullagh, P. (1980). Regression models for ordinal data. *Journal of the Royal Statistical Society*, 42(2), 109-127.
- McKelvey, R. D., & Zavoina, W. (1975). A statistical model for the analysis of ordinal level dependent variables. *Journal of mathematical sociology*, 4(1), 103-120.
- Montgomery, R. (1996). Disciplining or protecting the poor? Avoiding the social costs of peer pressure in micro-credit schemes. *Journal of international development*, 8(2), 289-305.
- Morduch, J., & Haley, B. (2002). *Analysis of the effects of microfinance on poverty reduction*. New York: NYU Wagner.
- Mosley, P., & Hulme, D. (2006). *Finance Against Poverty: Country Case Studies*. (Vol 2). London: Routledge
- Mourao, P. R. (2020). On the different survival rates of portuguese microbusinesses—the case of projects supported by microcredit. *Applied Economics*, 1-15.
- Onwumere, J. U. J., Ibe, I. G., & Ugbam, O. C. (2012). The impact of micro-credit on poverty alleviation and human capital development: Evidence from Nigeria. *European Journal of Social Sciences*, 28(3), 416-423.
- Pessoa, M. D. S., & da Silveira, M. A. C. (2009). *Indicadores objetivos e subjetivos de qualidade de vida das famílias brasileiras segundo a POF de 2002-2003: um estudo sobre seus determinantes demográficos, sociais e econômicos* (No. 1437). Texto para discussão.
- Posel, D., & Hinks, T. (2013). Trusting neighbours or strangers in a racially divided society: Insights from survey data in South Africa. *Journal of African Economies*, 22(1), 136-162.
- Quinones, B., & Remenyi, J. (Eds.). (2014). *Microfinance and poverty alleviation: Case studies from Asia and the Pacific*. London: Routledge.
- Robinson, M.S. 2001. *The Microfinance Revolution: Sustainable Finance for the Poor*. (Vol 1). Washington, DC: The World Bank.

Bibliografia

- Roodman, David y Jonathan Morduch. 2009. *The Impact of Microcredit on the Poor in Bangladesh: Revisiting the Evidence*. Washington, DC: Center for Global Development.
- Scarpin, J. E., & Slomski, V. (2007). Estudo dos fatores condicionantes do índice de desenvolvimento humano nos municípios do estado do Paraná: instrumento de controladoria para a tomada de decisões na gestão governamental. *Revista de administração pública*, 41(5), 909-933.
- Schaafsma, J., & Osoba, D. (1994). The Karnofsky Performance Status Scale re-examined: a cross-validation with the EORTC-C30. *Quality of Life Research*, 3(6), 413-424.
- Schreiner, M. (2002). Evaluation and microenterprise programs in the United States. *Journal of Microfinance/ESR Review*, 4(2), 5.
- Sen, A. (1993). *Capability and well-being*, in M. Nussbaum and A. Sen (Eds.) (pp 30-53). Oxford: Clarendon Press.
- Sheldon, K. M., Ryan, R. M., Rawsthorne, L. J., & Ilardi, B. (1997). Trait self and true self: Cross-role variation in the Big-Five personality traits and its relations with psychological authenticity and subjective well-being. *Journal of personality and social psychology*, 73(6), 1380.
- Summit, M. (1997). Declaration and plan of action. Disponível em: <http://www.microcreditsummit.org/declaration.html>.
- Taylor, R. S., Sander, J. W., Taylor, R. J., & Baker, G. A. (2011). Predictors of health-related quality of life and costs in adults with epilepsy: A systematic review. *Epilepsia*, 52(12), 2168-2180.
- Veenhoven, R. (2000). The four qualities of life. *Journal of happiness studies*, 1(1), 1-39.
- Ventegodt, S., Merrick, J., & Andersen, N. J. (2003). Quality of life theory I. The IQOL theory: an integrative theory of the global quality of life concept. *The Scientific World Journal*, 3, 1030-1040.
- Walker, E., & Brown, A. (2004). What success factors are important to small business owners?. *International small business journal*, 22(6), 577-594.
- Wood, G. D., & Sharif, I. A. (1997). *Who needs credit? Poverty and finance in Bangladesh*. London: Zed Books.
- Wright, G. (2000). *Microfinance systems: Designing quality financial services for the poor*. London: Zed Books.
- Yunus, M. (2004). Grameen Bank, microcredit and millennium development goals. *Economic and Political Weekly*, 4077-4080.

Bibliografia

Zaman, H. (2000). *Assessing the Poverty and Vulnerability Impact of Micro-credit in Bangladesh: A Case-study of BRAC*. Washington, D.C.: World Bank.

Zapf, D., & Holz, M. (2006). On the positive and negative effects of emotion work in organizations. *European journal of work and organizational psychology*, 15(1), 1-28.

Anexo A

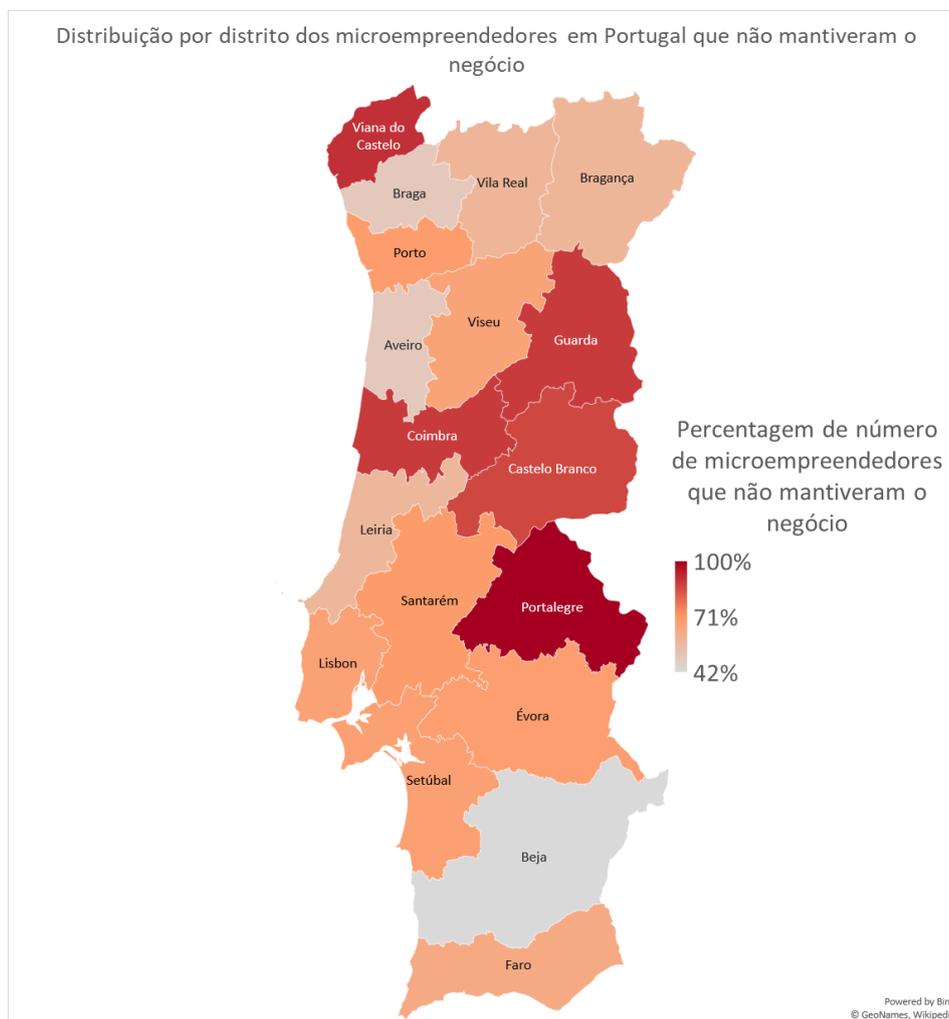


Figura A1 – Distribuição por distrito dos microempreendedores em Portugal que não mantiveram o negócio

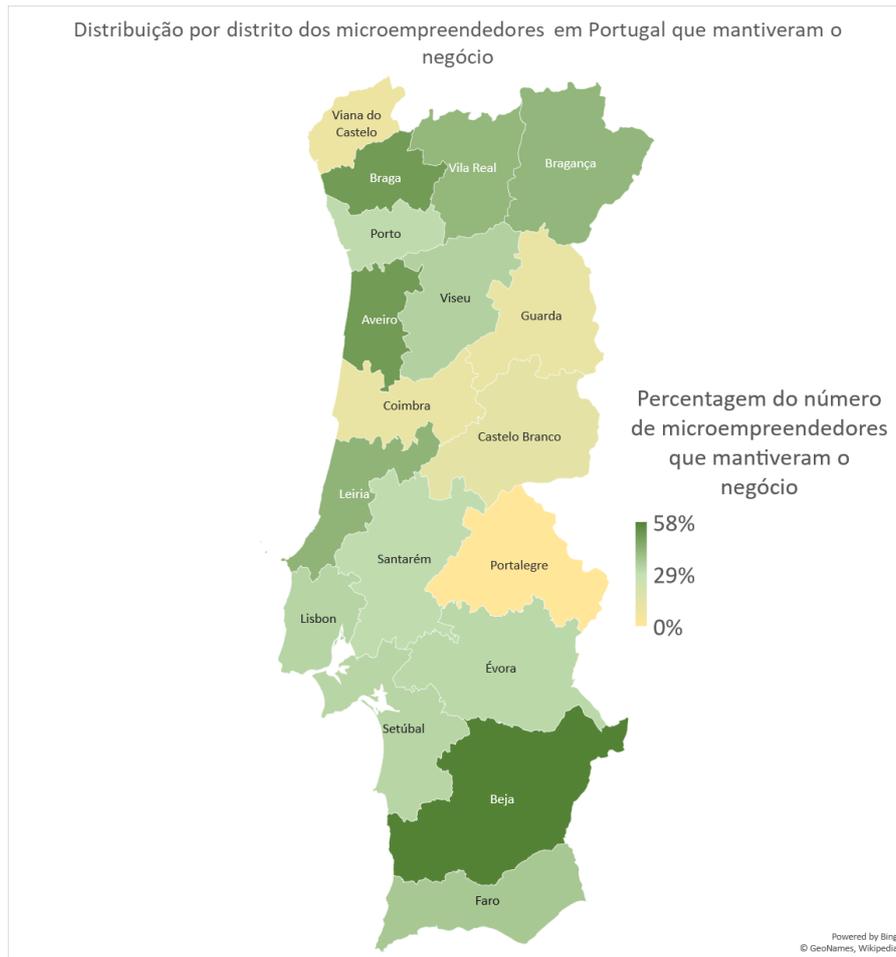


Figura A2 - Distribuição por distrito dos microempreendedores em Portugal que mantiveram o negócio

